

**DIAGNÓSTICO DE CONFLITOS  
SÓCIO-AMBIENTAIS  
NA CIDADE DE SÃO PAULO\***

**1995**

**Cadernos Cedec n° 45**

**Pedro R. Jacobi(coord.)  
Marco Antônio C. Teixeira**

---

\* Este Caderno é parte integrante do Relatório de Pesquisa “Conflitos Sociais e Meio Ambiente no Brasil” do IBASE, com apoio da Fundação Heirinch Böll.

# **CADERNOS CEDEC N° 45**

## **COORDENADOR EDITORIAL**

**Pedro Roberto Jacobi**

## **CONSELHO EDITORIAL**

**Amélia Cohn, Eduardo Kugelmas, Gabriel Cohn, Gildo Marçal Brandão, José Álvaro Moisés, Leôncio Martins Rodrigues, Lúcio Kowarick, Marcelo Coelho, Marco Aurélio Garcia, Maria Teresa Sadek, Maria Victoria de Mesquita Benevides, Miguel Chaia, Pedro Roberto Jacobi, Regis de Castro Andrade, Tullo Vigevani e Valeriano Mendes Ferreira Costa**

## **DIRETORIA**

**Presidente: Amélia Cohn**

**Vice-Presidente: Pedro Roberto Jacobi**

**Secretário-Geral: Tullo Vigevani**

**Tesoureiro: Regis de Castro Andrade**

**Cadernos Cedec - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea  
São Paulo: Cedec, 1995  
Periodicidade: Irregular**

**ISSN: 0101-7780**

## APRESENTAÇÃO

Os *Cadernos Cedec* têm como objetivo a divulgação dos resultados das pesquisas e reflexões desenvolvidas na instituição.

O Cedec é um centro de pesquisa, reflexão e ação. É uma sociedade civil sem fins lucrativos, que reúne intelectuais e pesquisadores com formação em distintas áreas do conhecimento e de diferentes posições teóricas e político-partidárias. Fundado em 1976, com sede em São Paulo, a instituição tem como principais objetivos o desenvolvimento de pesquisas sobre a realidade brasileira e a consolidação de seu perfil institucional como um espaço plural de debates sobre as principais questões de ordem teórica e prática da atualidade. Destacam-se, aqui, os temas dos direitos e da justiça social, da constituição e consolidação da cidadania, das instituições democráticas, e da análise das políticas públicas de corte social.

## ÍNDICE

I - INTRODUÇÃO .....	5
II - CONTEXTUALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL .....	7
III - CONTEXTUALIZAÇÃO DOS CASOS 1 e 2.....	10
IV - ESTUDO DE CASO 1- ATERRO SANITÁRIO DE ITATINGA .....	11
V -ESTUDO DE CASO 2 - USINA DE INCINERAÇÃO DE LIXO DO JARDIM SÃO FRANCISCO (SÃO MATHEUS).....	24
VI - ESTUDO DE CASO 3 - OPERAÇÃO URBANA AV. FARIA LIMA.....	31
VII - ESTUDO DE CASO 4 - OS MANANCIAIS DA METRÓPOLE .....	42
VIII - CONCLUSÕES SOBRE OS ESTUDOS .....	50
IX - ENTREVISTAS REALIZADAS .....	55
X - PERIÓDICOS CONSULTADOS .....	56

## I - INTRODUÇÃO

A dinâmica de urbanização predatória gera graves problemas ambientais afetando de forma mais intensa os setores mais pobres da população.

No contexto urbano podem ser caracterizadas algumas situações que representam pontos de convergência para a emergência e a eclosão de conflitos em torno da questão do meio ambiente e seu impacto mais significativo sobre os grupos mais excluídos.

O conflito ambiental no contexto urbano assume diversas características enquanto fator constitutivo da reprodução social e das suas contradições. Neste sentido um dos aspectos essenciais para a compreensão dos alcances e limites dos conflitos ambientais é a análise de algumas lutas emblemáticas enquanto referências de abrangência da questão.

O contexto da cidade de São Paulo é o locus dos estudos de caso. Em 1973 para uma população residente em torno de 6 milhões de habitantes, a população favelada representava em torno de 1%. Em 1980 para uma população de 8,5 milhões, a população favelada atinge o número de 820 mil, alcançando quase 10% do total. Em 1994 a população favelada já representa 19% dos 10 milhões de habitantes da Cidade de São Paulo<sup>1</sup>. Se forem acrescentados os residentes em cortiços, atinge-se o número de 3 milhões de pessoas, perfazendo em torno de 30% da população vivendo em condições precárias. Isto reflete o descompasso das políticas públicas face crescimento demográfico, sobretudo nas áreas periféricas da cidade.

Os problemas ambientais decorrem do impacto da urbanização predatória sobre o ecossistema. Isto retrata os efeitos da ausência de uma política que atenda o cada vez mais acentuado déficit de habitação para a população de baixa renda, que tem principalmente as áreas de proteção de mananciais, como a sua última alternativa de posse de moradia.

Um fator significativo do grau de degradação ambiental na cidade além da contaminação da água, é a exiguidade da rede de esgotos, o déficit do sistema de tratamento de águas servidas, a descarga ainda muito pouco controlada dos dejetos tóxicos industriais e comerciais e os problemas de destinação do lixo e da contaminação do ar que incidem de forma significativa.

A deterioração ambiental resulta de um conjunto de fatores, dentre eles a precariedade de diversos serviços e a omissão do Poder Público na proteção/preservação das condições de

vida da população, mas também é frequentemente o resultado do descuido e omissão dos próprios moradores.

Os casos escolhidos neste relatório configuram quatro situações que possibilitam uma contextualização dos conflitos decorrentes de situações de agravo ambiental, de resistência à degradação da qualidade de vida e de déficit de infra-estrutura de serviços. Trata-se de situações com um histórico recente que possibilitam um mapeamento tanto dos atores envolvidos como das formas de ação e confronto e luta pela preservação e/ou garantia de sua qualidade de vida.

O primeiro conflito trata da resistência da população à utilização indevida de um aterro sanitário pela Prefeitura na Região Sul do município.

Uma segunda situação analisada também está relacionada com a destinação dos resíduos sólidos. Trata-se da emergência de uma dinâmica de conflito e resistência da população da Região Leste do município de São Paulo face à proposta de implantação de uma usina de incineração. Diferente da situação anterior, neste caso o debate envolve um número de atores coletivos que extrapola a dimensão dos interesses locais. Este estudo revela a importância de uma prévia organização e de outras lutas reivindicatórias dos movimentos envolvidos, possibilitando um raio de ação mais abrangente e dando ao fato um peso político maior nas negociações entre o Poder Público, o Legislativo Municipal e a Sociedade Civil.

A terceira situação refere-se ao efeito mobilizatório provocado pela Operação Urbana Faria Lima, projeto de iniciativa do Executivo Municipal que visa a reformulação do sistema viário em bairros de classe média da Região Oeste, afetando a qualidade de vida dos seus moradores. Este caso configura uma situação diferenciada face aos outros casos estudados. Aqui se observa um movimento composto principalmente por moradores de classe média, contando com uma presença bastante significativa de profissionais liberais e de setores intelectualizados. Esta mobilização tem como objetivo a preservação de sua qualidade de vida. Trata-se de um movimento organizado para responder a uma determinada conjuntura e portanto criado com o objetivo de resistência a um projeto específico. A divulgação deste movimento tem representado um precedente e um estímulo para a emergência de outros pautados pelo mesmo perfil. O resultado disto é o surgimento na cidade de movimentos de moradores que expressam sua indignação e questionamento quando transparece a intenção de

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada pela FIPE-USP para Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo publicada na Folha de São Paulo em 06.10.94.

implantação de projetos urbanísticos e viários pela Prefeitura ou por agentes privados, principalmente em bairros de classe média dotados de uma estrutura urbana consolidada.

A quarta situação refere-se aos impactos e conflitos gerados pela ocupação irregular de moradias nas Áreas de Proteção de Mananciais nos reservatórios Guarapiranga e Billings, assim como às ações desenvolvidas pelos agentes intervenientes. Esta situação reflete um dos contextos que melhor referencia a deterioração da qualidade de vida no Município, cuja população favelada representa atualmente 19% do total. Isto nos remete à questão da ausência de políticas habitacionais para a população de baixa renda e à incapacidade do Poder Público em conter a especulação imobiliária inescrupulosa em áreas que estão sob sua responsabilidade legal. Este caso traz à tona o conflito existente entre o discurso dos que ocupam e moram nessas áreas protegidas por lei estadual, com o discurso preservacionista, que prioriza sua atuação no intuito de evitar, reprimir ou até mesmo remover novas ocupações.

## **II - CONTEXTUALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL**

### **a) Abastecimento de Água**

Segundo dados de 1991, a cobertura de água no município de São Paulo abrange 93% da população<sup>2</sup>. Contudo, a presença da rede de água não é uniformemente distribuída pelos bairros. Os locais onde habitam os estratos de mais alta renda têm 100% da população servida. Nas regiões periféricas, a realidade é diferente. O atendimento nos bairros periféricos mais carentes não chega a 60% e nos bairros periféricos mais consolidados está em torno de 90%.

A solução provisória para satisfazer a demanda reprimida pela água, o sistema de rodízio, conquanto seja uma solução generalizada na cidade, abrange diferenciadamente os bairros localizados no centro e nas periferias da cidade. A capacidade das três principais fontes de abastecimento da cidade é a seguinte: sistema Cantareira com 33.000 m<sup>3</sup>/s; Billings 4.000 m<sup>3</sup>/s e Guarapiranga, com 12.000 m<sup>3</sup>/s<sup>3</sup>. Estes reservatórios e os rios Pinheiros, Tietê e Tamanduateí recebem um volume total de poluição orgânica estimada em 1,2 milhões de quilos de DBO/dia (demanda biológica por oxigênio). O estado atual dos reservatórios que abastecem a cidade são classificados pela SABESP a partir de uma gradação decrescente que vai de 1 a 4. O sistema Guarapiranga está classificado como classe 2, para o qual se aplicam os tratamentos

---

<sup>2</sup> SABESP - informação solicitada pelo CEDEC.

convencionais. Quanto à Billings, os níveis de poluição estão na classe 3, que exige tratamento diferenciado do usado pela SABESP. Em períodos de seca, pode chegar à classe 4, imprópria para o abastecimento público<sup>4</sup>. O sistema Cantareira pertence à classe 1, porque seus afluentes percorrem grandes extensões de regiões não industrializadas.

A ocupação irregular por loteamentos clandestinos, provoca o despejo de esgotos in natura, destruição da mata ciliar, assoreamento e despejo de entulhos, descaracterizando as represas como área de proteção ambiental.

Pesquisa da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, constata a existência de 620 mil habitantes nas regiões de proteção ambiental do município, estas correspondem a 36% do território (547 km<sup>2</sup>), envolvendo toda a região das bacias dos reservatórios, Guarapiranga (229 km<sup>2</sup>) e Billings (163 km<sup>2</sup>)<sup>5</sup>, alcançando os bairros de; Capela do Socorro, Campo Limpo e Santo Amaro na região sul. Na década de 80, o crescimento demográfico nessa área foi três vezes maior que a média do município (8,8% contra 2,9% respectivamente).

### **b) Esgoto**

Quanto à cobertura da rede de esgotos, a cidade de São Paulo, perfaz um total de 1.700.094 economias, sendo que as economias residenciais representa 90,3%, as comerciais e de órgãos públicos 8,8% e as industriais 0,9%. O corpo receptor dos esgotos da cidade são os rios Tietê, Pinheiros e Tamanduateí.

Dados de 1990 revelam a existência de rede de esgoto apenas para 54% da população da cidade. Tal como ocorre com a rede de abastecimento de água, a distribuição espacial da rede de coleta de esgotos também dá-se de forma diferenciada, porém as diferenças são muito mais gritantes. Enquanto nos bairros mais centrais a cobertura atinge toda a população, nos bairros de periferia a cobertura é parcial atingindo em alguns casos até menos de 15% da população, o que dá uma dimensão do grau de exclusão deste serviço.

A insuficiência da rede de coletores de esgotos em algumas regiões resulta no despejo a céu aberto em ligações clandestinas na rede pluvial e no lançamento do esgoto *in natura* nos córregos e rios.

---

<sup>3</sup> SABESP - SOS MANANCAIS - Relatório de 1994.

<sup>4</sup> A represa Billings em períodos de estiagem chega a receber diariamente 2,5 bilhões de litros de esgotos através do rio Pinheiros. Esta situação provoca falta de oxigênio que chegou a 12% da extensão da represa em maio de 1991 e atingiu em setembro de 1993 o volume recorde de 63% , provocando grande mortandade de peixes.

<sup>5</sup> Rio formador da bacia da Represa do Guarapiranga.



A situação da infra-estrutura de drenagem de águas pluviais na cidade é precária e as galerias do centro expandido são antigas, estreitas, e vem se deteriorando pela ação do tempo e das ligações clandestinas de esgotos. Neste estado de precariedade, as galerias não dão vazão às águas, ocasionando, que ocasiona mesmo com precipitações de baixa intensidade, enchentes em diversos pontos da cidade.

### **c) Resíduos Sólidos**

A média diária de coleta de resíduos sólidos domiciliares na cidade de São Paulo, é de 13.000.000 toneladas/dia<sup>6</sup>.

Existem na cidade dois incineradores, um centro de reciclagem, duas usinas de compostagem e quatro aterros sanitários. Da quantidade diária de resíduos sólidos coletado, 1,3% do total são destinados aos incineradores, 0,5% ao centro de triagem, 7,0% às usinas de compostagem e 91,2% toneladas aos aterros sanitários<sup>7</sup>.

Apesar de receberem mais de 90% dos resíduos sólidos coletados na cidade, os aterros sanitários não possuem tratamento adequado para o chorume, líquido que escorre do lixo e que ao se infiltrar no solo, pode atingir os lençóis de água. Acrescente-se ainda que dos aterros emanam gases tóxicos. Os aterros sanitários da cidade estão no limite de sua capacidade de funcionamento. Por outro lado, nem toda a coleta de resíduos sólidos na cidade está sob controle de órgãos públicos, uma vez que existem 348 pontos de descarga clandestina.

### **d) Poluição do Ar**

A cidade de São Paulo vive problemas específicos de poluição do ar resultantes de um padrão de circulação atmosférica decorrente das características gerais de seu relevo. O sítio urbano é contornado por unidades topográficas que giram em torno de 1.100 mts de altura, como as Serras do Mar e de Paranapiacaba. O clima é seco no inverno e umido no verão. Condições atmosféricas próprias da região criam no inverno um fenômeno de forte inversão térmica. Nesta época do ano o problema da poluição é agravado, quando da prevalência de inversão térmica, a incidência de doenças respiratórias aumenta substancialmente.

---

<sup>6</sup> Limpurb - Boletim "Lixo Emergência"- 1993.

<sup>7</sup> Gabinete Vereador Adriano Diogo - "Boletim Modus Vivendi - Remexendo o Lixo"- Dezembro - 1994, usando como fonte dados da LIMPURB.

Quanto ao problema do trânsito, observa-se que até dez anos atrás limitava-se à região central da cidade e hoje se manifesta em praticamente todos os bairros, inclusive os mais periféricos. O aumento de pontos críticos de trânsito na cidade relaciona-se tanto com problemas gerados pela precariedade da estrutura viária, como também pelo aumento do volume da frota em circulação.

### III - CONTEXTUALIZAÇÃO DOS CASOS 1 e 2

#### A QUESTÃO DA DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO

A questão da disposição final do lixo na cidade de São Paulo tornou-se um problema emergente e polêmico a partir do momento em que a disposição em aterros sanitários esgotou-se, não só pela sua saturação, mas também pela ausência de espaço físico para a construção de novos aterros.

#### DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO

TIPOS DE DESTINO	TON/DIA	PERCENTUAL
ATERROS SANITÁRIOS	12.055,725	91,2%
INCINERADORES	174,858	1,3%
USINAS DE COMPOSTAGEM	888,337	7,0%
CENTRO DE TRIAGEM	6,257	0,5%
<b>TOTAL</b>	<b>13.125,177</b>	<b>100,00%</b>

FONTE LIMPURB<sup>8</sup>. - Boletim "Lixo Emergência.

A análise da problemática da destinação final do lixo na cidade de São Paulo, mostra que mais de 90% do lixo recolhido no município tem nos aterros sanitários seu depósito final. Os agravos ambientais gerados, provocam a emergência de controvérsias quanto ao seu uso, colocando em campos opostos Poder Público, Ambientalistas e Movimentos da Sociedade Civil.

<sup>8</sup> LIMPURB - empresa municipal vinculada a Secretaria de Serviços e Obras, que cuida da coleta e fiscalização da destinação e tratamento de lixo no município de São Paulo

A partir da constatação do esgotamento dos aterros e da impossibilidade de implantação de novos, a polêmica questão das usinas de incineração emerge a partir da proposta do Poder Público, como sendo a única forma de evitar um colapso no sistema de coleta de lixo na cidade de São Paulo.

## SITUAÇÃO ATUAL DOS ATERROS

ATERRO	LOCAL	CAPACIDADE	VIDA ÚTIL
BANDEIRANTES	Zona Oeste	5.500 ton/dia	Março/95
SÃO JOÃO	Zona Leste	3.000 ton/dia	10 anos
ITATINGA	Zona Sul	Depósito de resíduos inertes	
SANTO AMARO	Zona Sul	2.000 ton/dia	Março/95

Fonte: Limpurb, boletim "Lixo Emergência".<sup>9</sup>

## IV - ESTUDO DE CASO 1- ATERRO SANITÁRIO DE ITATINGA

### a) Introdução do Problema

O Aterro Sanitário de Materiais Inertes<sup>10</sup> de Itatinga, localiza-se na Região Sul da cidade de São Paulo na divisa com o município de Diadema e distante apenas 1 km da Represa Billings - manancial responsável pela maior parte do abastecimento de água para consumo humano dos municípios do ABC<sup>11</sup> - . Aqui se localizou em 10 de dezembro de 93, um conflito de natureza ambiental que chamou a atenção de toda população pela sua repercussão através dos meios de comunicação.

A visibilidade através da mídia se manifestara antes desta data, começando a partir de denúncia feita pelo gabinete do Vereador Adriano Diogo do PT-SP, na forma de recurso ao Ministério Público. Diante desse fato, houve de início pouca repercussão. Porém em virtude do rumo tomado pela organização dos moradores, que através de vigílias e barricadas colocou a

<sup>9</sup> A Limpurb tem procurado ampliar o tamanho e recuperar os atuais aterros para aumentar sua vida útil diante da possibilidade do colapso no sistema de disposição final dos resíduos.

<sup>10</sup> Aterro onde é colocado lixo que não causa danos ao meio ambiente, como entulho, cascalho ou terra.

<sup>11</sup> Usaremos essa denominação para identificar a região em que localizam os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

possibilidade de conflito de forma mais explícita, a imprensa passou a fazer cobertura diária e dar espaço mais destacado para essa causa. O problema assume uma maior dimensão quando em 4 de dezembro de 93, o Poder Público tenta furar o bloqueio realizado pela população.

Percebendo que a população estava disposta a impedir de qualquer maneira o despejo de lixo no local, a Prefeitura suspendeu toda a coleta da Zona Sul, justificando “não ter onde destinar o lixo recolhido”, e assim a dividindo com o movimento dos moradores espaço na imprensa. As notícias oscilaram desde manchetes descritivas como, “Prefeitura usa aterro em região de mananciais para depósito de lixo” (Folha de São Paulo, 19 de novembro de 93), “Justiça proíbe Prefeitura de lançar lixo doméstico no aterro de Itatinga” (Gazeta Mercantil, 4 de dezembro de 93), “Moradores e GCM (Guarda Civil Metropolitana) brigam no lixão” (Diário Popular, 5 de dezembro de 93), até títulos sensacionalísticos significante a dimensão dos fatos como, “Caos na Zona Sul: comerciante joga o lixo em ferro-velho” (Folha de São Paulo, 10 de dezembro de 93), “Moradores mantêm vigília junto a lixão” (O Estado de São Paulo, 10 de dezembro de 93), e no momento mais agudo do conflito, o destaque foi: “Moradores destroem lixão na Zona Sul” (Folha de São Paulo, 11 de dezembro de 93).

A repercussão do fato na imprensa foi fundamental para a luta dos moradores. Com a visibilidade do conflito, foi possível atrair diversas entidades que contribuíram para a consolidação da sua estratégia de ação e de apoio externo, articulando-se com ONG’S, Entidades Ambientalistas e Movimentos Populares como: Greenpeace, SOS Mata Atlântica, Billings eu te quero viva, Pastoral da saúde de Santo Amaro e Movimentos por Moradia da Zona Sul.

### **b) Antecedentes**

Este aterro só poderia estar recebendo materiais inertes, entretanto, desde o mês de outubro/93 a Prefeitura do Município de São Paulo por intermédio da Divisão Técnica de Aterros Sanitários, vinha permitindo que a Enterpa, empresa contratada pelo Poder Executivo Municipal para a coleta de lixo, despejasse nesse local cerca de 2.000 toneladas de lixo doméstico por dia (18% da produção da cidade), provenientes da região sul. Isto colocou em risco os lençóis freáticos, dado que o lixo orgânico ao fermentar, libera um líquido chamado chorume (resultado da sua decomposição), que é altamente tóxico. O chorume estava sendo despejado no córrego de Itatinga, que é um dos inúmeros pequenos córregos que desembocam na Represa Billings.

Ao lado do aterro, fica um espaço densamente habitado, com moradias precárias, todas construídas em loteamentos irregulares, na sua maioria em terrenos acidentados e carentes de infraestrutura urbana, ausência de serviços públicos tanto na área de saúde como no aspecto de serviços, como: telefone público, área de lazer e escola de educação infantil.

Com uma população estimada em 10.000 habitantes, este bairro conhecido como "Jardim Pantanal" ou "Nova Pantanal", passou a conviver com este problema que trouxe ao local intensa movimentação de caminhões, alterando por completo a quase tranquila rotina dos moradores.

Conforme relata Maria Inês de Andrade, da diretoria da Associação de Moradores de Nova Pantanal,

“Tudo começou, quando percebemos uma grande quantidade de caminhões da prefeitura trazendo terra e jogando naquela área. Aquele local era originalmente uma lagoa e ali já havia morrido muita gente afogada, era uma zona explorada por uma pedreira, que constatemente fazia uso de dinamite no local, sendo que isso já havia sido alvo de manifestação dos moradores, o que acabou resultando no encerramento de suas atividades, pois com as explosões muitas construções da região estavam com suas estruturas abaladas. Assim não nos preocupamos muito com destino daquela área, mais ao notarmos toda movimentação naquele espaço, pensamos que seria algo em nosso benefício”.

Dá em diante desenvolve-se um conflito de natureza sócio-ambiental, envolvendo o Poder Público e os moradores. Estes de início estavam pouco organizados e gradualmente recebem a adesão de outras entidades que representam diversos segmentos sociais.

Prévio ao conflito, existia a Associação de Moradores, com atuação voltada para o assistencialismo. Após o início do conflito não houve continuidade do movimento nem mesmo para formular propostas com o objetivo de resolver de forma definitiva a controvérsia gerada pela existência do aterro naquele local. Os movimentos ambientalistas que atuam no entorno da represa e que estão voltados para problemas sazonais como a mortandade de peixes, bombeamento de esgoto e despejo de lixo irregular, não desenvolvem ações educativas preventiva junto aos moradores, apenas estabelecendo contato por ocasião do conflito.

### **c) Origens do conflito**

Foi com surpresa que os moradores daquele local, descobriram que ali seria construído um aterro sanitário. No início não houve nenhum tipo de resistência, pois não tinham informações quanto aos potenciais agravos à saúde e ao meio ambiente local.

A reação só ocorreu quando o problema foi sentido dentro de suas próprias casas.

“O cheiro era horrível, em casa todo mundo vivia tendo problemas de vômito”, diz Isabel Rodrigues, educadora do “Centro de Convivência Oscar Romero”. A Irmã Guadalupe Lara, coordenadora do Centro de Convivência lembra que, “As crianças chegavam ao centro de convivência com a pele toda cheia de bolha, de início imaginávamos ser pernilongo, as crianças não comiam mais, o cheiro provocava vômito. Nas casas apareciam enormes ratos, muitas pessoas foram mordidas, pois muitas casas estão a menos de quinze metros do aterro. Pegamos as crianças que frequentam o centro de convivência e juntamos com outras crianças do bairro, e assim com cartolinas fizemos vários cartazes com protestos e denúncias sobre os riscos à saúde. Foi uma ação desorganizada do ponto de vista do planejamento, pois aconteceu muito rápido sem nenhuma preparação, foi um gesto de desespero”.

#### **d) Primeiras ações**

A primeira ação organizada dos moradores foi procurar ajuda fora dos limites da região. O primeiro contato foi com os vereadores da Câmara Municipal de Diadema, pois a população local utiliza serviços públicos deste município - , pronto socorro, escola e creche -. O centro da cidade de Diadema fica à apenas 4 kms de distancia do local, enquanto o centro do bairro de Santo Amaro que é o mais próximo do local dentro do município de São Paulo, fica a mais de 10 kms. Os vereadores de Diadema colocaram para a comissão de moradores a dificuldade de se efetivar qualquer tipo de ação visto que o problema estava fora de sua jurisdição. Entretanto, propuseram uma reunião no local para discutir ações conjuntas, encarregando-se de chamar representantes do legislativo paulistano.

O primeiro passo já tinha sido dado. A população estava assimilando no seu cotidiano o significado dos riscos e problemas ocasionados. O segundo passo seria elaborar um panfleto e esperar pela reunião. Maria Inês de Andrade que trabalha vendendo espaço publicitário num pequeno jornal no Município de Diadema ficou responsável pelo panfleto que deveria trazer o seguinte chamamento,

“Convidamos todos os moradores do bairro Nova Pantanal para participar de uma importante reunião sobre o lixo que está sendo jogado em nosso bairro. Não podemos aceitar que nossas crianças e os demais fiquem doentes com o cheiro insuportável e o perigo de contaminação pelos gases de lixo. A reunião será no dia 12 de novembro em frente à residência da Bel”.

### **e) Identidades Coletivas**

O local não tem tradição de organização popular ou de envolvimento em causas que mobilizem o interesse coletivo. Ao ser indagada sobre lutas anteriores, a Irmã Guadalupe se recorda apenas do protesto que resultou no fechamento da pedreira, que funcionava no local onde hoje está localizado o aterro. Esse protesto que se transformou em um abaixo-assinado com mais de 3 mil adesões, foi uma ação da paróquia local e da associação dos moradores. Ela se recorda que “até a igreja tinha rachaduras causadas pelas explosões”. O bairro apesar de ter entre seus moradores muitas pessoas que já participaram dos mais diversos movimentos reivindicatórios em outras épocas e outros locais, não encontrou por parte dessas pessoas motivação para se organizarem em torno de lutas específicas.

Para Irmã Guadalupe, o problema do desemprego é o fator que mais contribui para a falta de práticas reivindicatórias no local,

“Sei de muitas pessoas que já participaram de movimentos contra a carestia, já foram de ocupações por moradia ou sindicalistas, mas maioria delas sofrem perseguição até hoje, e como precisam de emprego para o sustento de suas famílias, acabam não se envolvendo mais”.

As pessoas do bairro têm as mais diversas origens. Há uma forte presença de migrantes nordestinos que chegaram há pouco tempo em São Paulo, como residem também pessoas que foram expulsas de locais mais urbanizados em virtude de sua precária condição econômica.

### **f) Primeiros enfrentamentos**

A reunião deu um novo impulso organizativo ao movimento. A partir daquele momento resolveu-se procurar os responsáveis pela administração dos aterros na Prefeitura, uma vez que os protestos no local não tinham gerado resultados concretos.

A tática dos moradores foi de dar continuidade aos protestos como forma de pressionar o Poder Público, já que a busca de contato com os responsáveis pelo aterro tanto no local como na Limpurb, não tinha surtido efeito. A única proposta concreta feita pela Limpurb foi a de misturar terra com lixo domiciliar para amenizar o mau-cheiro e manter um médico 24 horas por dia no local por conta da Enterpa<sup>12</sup>. Naquele momento isto não interessava aos moradores, que estavam sentindo a cada dia e de forma mais acentuada os problemas de saúde decorrentes do lixo, e que só o fechamento do aterro era visto como a solução para o incômodo provocado.

Cansados de negociar com a Administração Pública através da Limpurb, e também com a própria Enterpa, os moradores resolveram chamar a atenção da sociedade em geral para o impasse que estavam vivendo com a Prefeitura.

A população através da Associação de Moradores de Nova Pantanal, organizou em 19 de novembro de 93, um protesto com a participação de cerca de 1.000 pessoas (Folha de São Paulo 20 de dezembro de 93) em frente ao aterro. Durante duas horas impediu que os caminhões tivessem acesso e despejassem lixo no local, conseguindo pela primeira vez parar o trânsito na estrada do Alvarenga<sup>13</sup>, provocando o deslocamento de viaturas da polícia para a região.

#### **g) A Justiça entra em cena**

Procurado por lideranças do movimento social local, o vereador Adriano Diogo (PT-SP), ingressou no dia 23 de novembro de 93 com recurso junto ao Ministério Público, através da Procuradoria do Meio Ambiente, juntando elementos para que este entrasse com Ação Civil Pública contra o Município de São Paulo, face a existência de agravos ao meio ambiente e a saúde da população circundante. Em 24 de novembro de 93, envia denúncia à Cetesb e ao Consema (Conselho Estadual do Meio Ambiente), juntando os mesmos elementos anexados ao recurso do Ministério Público.

De posse do recurso e após a sua apreciação, a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente do Ministério Público, entra em 28 de novembro com pedido de liminar na Fazenda Pública do Estado de São Paulo para que esta determine à Prefeitura de São Paulo que suspenda o uso do Aterro de Itatinga até que seja providenciado o controle adequado do chorume emitido pelo lixo orgânico. Além desse recurso impetrado pelo Ministério Público, a Prefeitura vinha sendo

---

<sup>12</sup> Uma das Empresa Privadas que com a Vega-Sopave, Spal e Cavo formam o “POOL DE EMPRESAS” de coleta de lixo no município de São Paulo.



multada diariamente desde 24 de novembro pela Cetesb, por ter instalado e estar operando o Aterro de Itatinga sem as devidas licenças de instalação e funcionamento, assim como por estar recebendo resíduos sólidos domésticos e inertes sem a devida classificação e por estar lançando chorume sem tratamento no afluente da Represa Billings.

Em 1º de dezembro do mesmo ano, o Juiz de Direito da 9ª Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, Dr. Venício Antônio de Paula Salles, concede ao Ministério Público liminar<sup>14</sup>, dando ao despacho o seguinte parecer,

"O local está sendo utilizado para a disposição dos resíduos inertes classe III. Também resíduos domésticos estão sendo lançados no local, o que gera o aparecimento de líquidos percolados que, drenados no local, estão sendo conduzidos para um córrego, afluente da Represa Billings. Este líquido apresenta alto nível de contaminação".

"O risco maior, motivador da providência cautelar reclamada, não diz respeito, em princípio, à utilização do local como aterro sanitário, mas sim, na condução de líquido contaminado para a Represa Billings".

"Desta forma, fica deferida a liminar para que a municipalidade interrompa o fluxo do líquido drenado para o córrego existente no local".

"Se tal medida for de impossível efetivação, fica a Administração Municipal, impedida de realizar a disposição de resíduos domésticos no local".

Mesmo com a liminar suspendendo o uso do aterro, a Prefeitura ainda tentou utilizá-lo, o que causou o primeiro enfrentamento entre moradores e a Guarda Civil Metropolitana (responsável pela manutenção do patrimônio Público Municipal), em 04 de dezembro de 93. Percebendo a movimentação de caminhões, a população acampou e armou barricadas de pedras e pneus, impedindo a entrada de caminhões.

Mesmo com toda essa mobilização local e ciente da liminar impedindo a utilização do aterro, a Guarda Civil Metropolitana chegou dando tiros para o ar (Diário Popular -5 de dezembro de 93), possibilitando a entrada de três caminhões, que, mesmo sendo apedrejados pelos moradores, furaram o bloqueio e acabaram descarregando suas cargas de lixo.

---

<sup>13</sup> Única via de acesso ao local pela cidade de São Paulo vindo pelo bairro de Santo Amaro.

<sup>14</sup> Processo nº 1142/93.

Posteriormente não foi possível a entrada de outros caminhões, porque a população deitou-se no caminho de acesso ao aterro..

“Eles aproveitaram um momento de desatenção nossa, estávamos em poucos e naquele momento conversávamos com a Luiza Erundina que tinha vindo nos visitar”, recorda irmã Guadalupe.

A situação no local só foi normalizada com a retirada dos caminhões e da Guarda Civil Metropolitana por volta das 16:00 horas do mesmo dia, mas por uma questão de segurança os moradores resolveram estabelecer esquemas de revezamento na vigília que a partir daquele momento funcionaria de maneira ininterrupta.

Como forma de pressionar a opinião pública e criar um fato que representasse algo que justificasse “um estado de calamidade”, alegando não ter onde destinar o lixo recolhido na região Sul, a Prefeitura suspende em 5 de dezembro, a coleta de lixo doméstico.

Em 9 de dezembro, o Juiz da 9ª Vara da Fazenda Pública, Dr. Venício Antônio de Paula Salles, após apreciar a petição do Executivo Municipal e explicando que realizou obras no local para impedir que o chorume proveniente do aterro sanitário, contamine os lençóis freáticos e a Represa Billings, autoriza o Poder Público a destinar resíduos sólidos e inertes no Aterro de Itatinga. Mesmo conscientes da autorização do Juiz, os moradores decidiram não permitir a entrada de caminhões com lixo no local.

#### **h) O conflito acontece**

Após o despacho do juiz autorizando o uso do aterro, a Prefeitura voltou a fazer coleta de lixo na zona sul em 9 de dezembro, tendo que retirar das ruas cerca de 11 mil toneladas que se acumularam nesses seis dias em que esta foi suspensa.

Em 10 de dezembro, prevendo reação dos moradores, a polícia é chamada para garantir o despejo do lixo em Itatinga, já que esta vinha mantendo vigília, não permitindo a entrada dos caminhões.

A confusão começou quando os caminhões da Enterpa entraram no depósito escoltados por cerca de 60 policiais. Mesmo assim a população atacou os policiais e os caminhões de lixo com pedras. A PM respondeu jogando bombas de gás lacrimogênio. A Polícia Militar alegando que já tinha cumprido a tarefa de retirar as barricadas, garantindo assim o acesso dos

caminhões ao aterro, se retirou do local. A Guarda Civil Metropolitana fez o mesmo por outra motivação. Para o diretor e inspetor da Guarda Dalmo Fierz,

“Isso é tarefa para a tropa de choque, não temos capacetes, não vamos conseguir conter as pessoas”, (Folha de São Paulo, 11.12.93..)”

Com a saída da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana os moradores se dirigiram para dentro do aterro, destruindo por completo o seu setor de administração, incendiando um caminhão de lixo que havia ficado no local e derrubando com duas escavadeiras as casas e a caixa d’água que eram utilizadas como infraestrutura. Após o conflito o que se podia verificar era que enquanto algumas pessoas,

“Arrancavam pneus, motores, fios de cobre e outras peças” ( O Estado de São Paulo, 12 de dezembro de 93...), outras comemoravam o talvez fechamento do aterro como resultado do conflito dando as mais variadas justificativas a favor da destruição. Um senhor de 35 anos que não quis se identificar comentou “Não é bom isso. Mas quando a gente fez manifestação não adiantou nada” (Folha de São Paulo, 11 de dezembro de 93..), o menor W.L.N., 17 disse “O filho da minha tia ficou doente e um rato mordeu uma vizinha” (Folha de São Paulo, 11 de dezembro de 93..), já o menor J.G.S., de 15 anos que era um dos mais inconformados alegava “Minha irmã menor está doente desde que a gente chegou de Pernambuco, faz um mês. Só pode ser por causa deste lixo” (Folha de São Paulo, 11 de dezembro de 93..)

### **i) Resultados do conflito**

Após ser impedida pela população local de utilizar o Aterro de Itatinga como destinação final de resíduos domiciliares, a Prefeitura acabou tendo que encontrar uma solução emergencial para dar fim às 11 mil toneladas de lixo que se acumularam nas ruas da zona sul. Diante desta situação, a saída foi a reutilização do Aterro de Santo Amaro, que havia sido fechado pela própria Prefeitura em agosto/93, por estar com sua capacidade de utilização esgotada. Segundo o diretor da Enterpa, Luiz Carlos Scholz “O aterro Santo Amaro tem capacidade para mais 30 dias” (O Estado de São Paulo, 14 de dezembro de 93.) Esta reutilização foi caracterizada como como “emergencial”, sugerindo que num prazo de 30 dias o Aterro de Itatinga seria recuperado e reutilizado.

A Prefeitura não reabriu o aterro para resíduos domiciliares, mas após uma longa negociação com os moradores, voltou a utilizá-lo para resíduos inertes. Para isso teve que ceder

e autorizar o cadastramento de uma comissão composta por 6 moradores do entorno do aterro para atuarem como fiscais na hora da descarga dos caminhões (e assim se certificarem que o que está sendo despejado é realmente material inerte).

#### **j) O que diz a Prefeitura**

Para Zeev Moise, à época Diretor da Divisão de Aterros da Limpurb, órgão ligado a Secretaria de Serviços e Obras do Município e responsável pela limpeza pública, “com o esgotamento do aterro de Santo Amaro, a única alternativa era o Itatinga, que estava dentro de todas as normas exigidas para este fim”, de posse de um ofício com o título de ANÁLISE DA SITUAÇÃO DO ATERRO DE RESÍDUOS DE ITATINGA, da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente<sup>15</sup> com data de 2 de dezembro de 1993. Este ofício estava acompanhado de uma ata de reunião na qual constam assinaturas de técnicos da CETESB, SMA (Secretaria Estadual de Meio Ambiente), SVMA (Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente), LIMPURB, ENTERPA E EPAL (Empresas responsáveis pela coleta de lixo),

“Os técnicos presentes concordam que está sendo adotada a melhor tecnologia disponível para a operação do Aterro de Itatinga e que a Prefeitura do Município de São Paulo declara que, qualquer medida adicional porventura necessária apresentada pelas autoridades ambientais, serão implementadas na medida em que sejam viáveis... . O grupo recomenda que a licença para a operação do Aterro de Itatinga seja decorrente de um acordo entre as partes, diante do caráter emergencial celebrado com a chancela do Ministério Público... . A Prefeitura do Município de São Paulo deverá solicitar à Cetesb com fundamentação técnica, a suspensão da multa diária aplicada a partir de 24 de novembro de 93”.

Para Zeev Moise,

“Isso por si só, já comprova que a Prefeitura começou a utilizar o Aterro de Itatinga dentro das técnicas e padrões exigidas desde o início de seu funcionamento, a população é que chegou por lá depois, e **também** está ocupando uma área irregular” e alerta que a situação da coleta de lixo no município de São Paulo pode entrar em colapso, pois as obras realizadas no aterro de Santo Amaro só permite uma sobrevida até março de 95, se até lá a questão das usinas incineradores não forem viabilizadas serão

<sup>15</sup> Ofício nº 226/93 - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - Gabinete do Secretário 02 de dezembro de 1993. Tivemos acesso à essa ata durante entrevista com o diretor da Limpurb.

necessárias novas áreas para aterros em uma cidade que já não dispõe de espaço, sem contar com a possibilidade de novos conflitos com a população circundante”.

Segundo informações oficiais que constam no boletim “Lixo Emergência” editado pela Limpurb,

“As áreas apropriadas para instalação de novos aterros praticamente se esgotaram. O sistema de tratamento de lixo em funcionamento está ultrapassado e deficitário. No prazo de 3 anos teremos 2 novas unidades de incineração funcionando em um sistema integrado de reciclagem/compostagem/incineração. Assim aumentaremos a vida útil dos aterros”.

Nesse quadro caótico com o qual o Poder Público tem trabalhado em torno da problemática do lixo, vem se somar a denúncias por parte da imprensa<sup>16</sup> sobre a utilização nos incineradores existentes, de uma carga de lixo muito acima da capacidade de operação. Isto tem ocasionado vistorias da Cetesb e a aplicação de multas por emissão excessiva de material particulado, fuligem e ruídos. Como exemplo é mencionado o incinerador do bairro de Ponte Pequena ( região central do município) que tem operado com cerca de 3.500 ton/dia, ao invés das 1.000 toneladas previstas.

### **k) Situação atual de Itatinga**

Atualmente, o Aterro de Itatinga encontra-se oficialmente desativado para resíduos domiciliares. Os moradores ainda estão atentos pois esperam que a qualquer hora seja reacesa a polêmica, porém, não se observa uma continuidade do movimento. Isso vale também para as redes de solidariedade ao movimento que estiveram no local apenas durante o embate. Hoje a população local voltou ao seu cotidiano desvinculado de articulações com atores externos.

A Prefeitura apressa a viabilização das usinas de incineração como a alternativa viável para o problema de despejo de lixo da cidade. Quanto ao destino do Aterro de Itatinga, a Prefeitura ainda não sabe, pelo menos oficialmente, o que vai fazer daquela área que hoje está sendo utilizada apenas para resíduos inertes. A possibilidade de voltar a receber resíduos domiciliares até meados de 95 está descartada , segundo Zeev Moise, que espera uma equacionamento rápido para o problema do lixo,

---

<sup>16</sup> Ver Gazeta Mercantil de 17 de Abril de 1994.

“Assim que estiver viabilizada e em funcionamento a usina de Incineração de lixo no Aterro de Santo Amaro esse problema desaparecerá da Zona Sul”

### **I) Desdobramentos do conflito**

Segundo Irmã Guadalupe,

“A situação ainda não é definitiva. No mês de outubro/94, um helicóptero sobrevoou várias vezes a região, isso nos deixou alerta, alguma coisa eles estão tramando e mais uma vez sem sequer conversar com a gente”.

Observa-se também uma preocupação dos moradores, quanto à possibilidade de instalação de uma usina de incineração, “qualquer destinação para aquele espaço, vai ter que ser negociado antes com a gente”, diz Irmã Guadalupe, argumentando não ser contra as usinas de incineração, desde que estas sejam instaladas em localizações e condições adequadas.

Para a moradora Maria Inês Andrade, é registrado como fundamental na criação de uma rede de solidariedade

“tudo aconteceu de forma muito comunitária, muita gente perdeu o emprego pois o que estava em jogo era a vida de todos, fizemos barraca para dormir no local, as pessoas dançavam forró para não desanimarem, foi a partir dessa união que eu gostei mais do Pantanal, estava em jogo a morada das pessoas, afinal todos somos pobres, só queremos um lugarzinho para viver, mesmo que seja um barraco”.

A educadora Isabel Rodrigues se mostra bastante animada com os resultados da luta empreendida pelo movimento,

“No início quando fomos reclamar, eles não davam a menor bola pra gente, riam de nós, hoje aqueles guardinhas do aterro aprenderam a lição, pois vi muitos deles que riam da gente, sair correndo do aterro no dia da revolta”.

Para a Irmã Guadalupe, o movimento precisa sair da etapa de resistência e entrar numa fase propositiva,

“Aqui estão todos mobilizados para a possibilidade de voltarem a utilizar o aterro para lixo domiciliar, mas não basta isso, temos que propor uma outra função para aquele espaço, aqui temos carências de área de lazer, escolas, praças e posto de saúde,

temos que pensar nessas coisas antes que a prefeitura queira dar outra destinação ou voltar a utilizar o aterro. Estamos aqui há mais de 4 anos, ajudamos a construir esse espaço e se não pudermos ficar, o aterro também não pode, porque estamos todos numa área de mananciais, e o que é pior daqui não temos mais para onde ir”

### **m) Considerações finais**

Dois fatos chamaram a atenção ao longo do estudo deste caso: 1) no despacho do juiz, após a análise do mérito do pedido da suspensão das atividades do aterro pela Procuradoria de Meio Ambiente do Ministério Público, verifica-se uma perigosa omissão dos danos causados à saúde pública, uma vez que se desconsidera a existência da população no entorno do local. O mérito atribuído pelo Juiz para a suspensão das atividades do aterro foi que,

“Líquidos percolados, que, drenados no local, estão sendo conduzidos para um córrego afluente da represa... O risco maior motivador da providência cautelar reclamada, não diz respeito em princípio à utilização do local como aterro sanitário, mas sim, na condução de líquido contaminado para a Represa Billings”.

2) ao suspender a coleta de lixo na Zona Sul, devido à impossibilidade de despejar os rejeitos em Itatinga, a Prefeitura tentou criar um clima de calamidade pública. O objetivo era de enfraquecer o movimento perante a opinião pública, já que a Zona Sul, na sua parte que vai da região mais próxima do centro até o início do bairro de Santo Amaro é habitada majoritariamente por pessoas das camadas média/alta, muitos dos quais formadores de opinião.

Para o movimento ficou a sensação de que a cidadania pode ser exercida, e que para isso se faz necessária a conscientização e a participação de todos, mesmo quando a justiça formal se coloca como uma barreira. Este episódio permite formular algumas considerações sobre a necessidade do Poder Público estabelecer canais de diálogo com a população prévio à implementação de qualquer empreendimento que interfira no cotidiano local e na sua qualidade de vida.

A frase reorrentemente dita pelos moradores, “só queremos um canto para morar”, é emblemática. A questão que se coloca é o fato injusto que pessoas que já habitavam anteriormente no local, sejam obrigadas a procurar outra alternativa de moradia, por causa de um aterro sanitário que a própria lei considera como instalado em área inadequada.

Apesar de ter havido no local uma ação anterior a esta, por ocasião do fechamento da Pedreira de Itatinga, não existe nenhuma tradição de movimentos reivindicatórios. Esta razão levou de início o movimento a não saber ao certo como enfrentar a questão. Houve porém avanços, apesar das dificuldades de continuidade das lutas.

Segundo Irmã Guadalupe,

“Aqui só funciona a Associação de Moradores, sendo que esta se pauta por ações muito imediatas e mais ligadas a questão de assistência, como o ticket de leite. Não há espaço para discutir formas que resultem numa integração do coletivo como ocorreu na luta contra o aterro, a população está pensando em criar movimentos que integrem a luta coletiva, e motivos é o que não falta, aqui precisamos de saúde, educação e lazer.”

## **V -ESTUDO DE CASO 2 - USINA DE INCINERAÇÃO DE LIXO DO JARDIM SÃO FRANCISCO (SÃO MATHEUS).**

### **a)Contextualização.**

Localizado na Região Leste da Cidade de São Paulo, na divisa com o município de Mauá, o Jardim São Francisco foi um pequeno núcleo de moradores que se estabelece no bairro de São Matheus e que cresceu a partir do processo de autoconstrução e do surgimento de conjuntos residenciais. O bairro se consolida com a construção em regime de mutirão resultante do convênio entre a Prefeitura e os movimentos de moradia local. Ficam também no entorno da usina; o Parque São Rafael, Jardim Carrãozinho, Jardim Rodolfo Primo, Promorar Rio Claro e Jardim Santo André, que somados representam quase 100 mil habitantes, de um total bem próximo de 500 mil que formam o bairro de São Matheus.

A questão do lixo antecede a controvérsia sobre a instalação das usinas de incineração de lixo numa região tradicionalmente marcada por movimentos reivindicatórios no plano social e da qualidade de vida. No mesmo local, onde a Prefeitura pretende instalar a usina, já funcionou um lixão que foi desativado há mais de 10 anos, e que registrou diversos confrontos com a administração pública, desde a gestão Reynaldo de Barros em 1978, tendo seu desfecho somente com a sua desativação na gestão Mário Covas em 1984.

Segundo Nair Rezende, do Conselho de Saúde do bairro de São Matheus, a desativação representou o compromisso do Poder Público com os moradores no sentido de que aquele local



“não mais seria utilizado para esses fins”. Ao demonstrar sua preocupação com o quadro atual e à possibilidade que a Prefeitura venha a instalar uma usina de incineração, lembra que “até hoje ainda há liberação de gases tóxicos provenientes do antigo lixão, causando problemas respiratórios principalmente para as crianças e pessoas idosas”.

Durante a gestão Luiza Erundina, foram assinados vários convênios entre a Prefeitura e os movimentos de moradia, para a construção de casas em regime de mutirão, sendo que num destes previa-se que essa área do antigo lixão, seria recuperada e depois destinada para a construção de moradias. Na época esse fato representou para os moradores a sensação que os problemas relacionados com o despejo de lixo naquele espaço estavam definitivamente superados.

Com a posse do prefeito Paulo Maluf em janeiro de 1993, e com o agravamento da questão da destinação do lixo, a Prefeitura reativa alguns aterros, chegando até mesmo a utilizar ilegalmente os que estão situados em Área de Proteção de Mananciais. Essa atitude gerou uma reação da população residente nas proximidades e de segmentos da Sociedade Civil provocando um recuo da Administração que propõe como solução a construção das usinas de incineração de lixo como única saída para a superação do problema.

### **b) Os Sujeitos e as Identidades Coletivas**

Os moradores do bairro de São Matheus, através dos Conselhos Populares de Saúde da Zona Leste, Pastoral da Saúde de São Matheus, Comunidades Eclesiais de Base de São Matheus, Movimento Sem Terra da Zona Leste, Movimento de Alfabetização Leste-1, Sociedade Ambientalista da Zona Leste, Associação dos Moradores do Jardim São Francisco, Sociedade Amigos do Jardim Santo André, Associação dos Moradores do Conjunto Rio Claro, Associação dos Moradores do Jardim Vila Carrão, Movimento de Mulheres da Zona Leste, União dos Movimentos de Moradia, Central de Movimentos Populares e Fórum de Defesa da Criança e Adolescente de São Matheus resolveram fundar o “Movimento contra a Instalação da Usina de Incineração na Zona Leste”, visando garantir uma ação unificada.

São muitas as causas que unem historicamente todos os sujeitos coletivos. O bairro de São Matheus sofre até hoje com os desdobramentos do processo desordenado de crescimento da cidade, que resulta na ocupação de espaços impróprios para moradia e uma defasagem no atendimento pelo Poder Público das demandas por serviços nesses novos núcleos populacionais.

Essa ausência do Poder Público no atendimento das necessidades urbanas básicas, principalmente na área social, provoca a emergência e articulação de movimentos que se aglutinam através da organização das Comunidades Eclesiais de Base. Em São Matheus a sua origem se remonta à década de 70, quando ocorrem grandes ocupações de terra e lutas pelo direito à moradia.

Com o surgimento dos Movimentos por Moradia vieram as demandas por Saúde e Creches. A medida em que as necessidades vão ganhando maior abrangência, abrem-se espaços para novos movimentos, vinculados com questões de Alfabetização, Meio Ambiente e Defesa da Criança e do Adolescente. Estes precedentes de lutas por qualidade de vida, são a base de sustentação para a emergência do Movimento Contra a Instalação de Usinas de Incineração na Zona Leste.

Essa articulação desenvolve atividades com certa repercussão na mídia e na opinião pública. Apenas como exemplo, em 29 de junho de 94, o Movimento organizou um protesto no local onde a Prefeitura pretende instalar a usina reunindo cerca de 1500 pessoas destacando uma atividade de plantio de árvores por crianças no local.

Conforme relata a líder comunitária Nair Rezende,

“Não foi um protesto, mas um ato a favor da vida” (Folha de São Paulo, 30 de junho de 94).

### **c)Articulação do Movimento com a Sociedade**

Alertando a população quanto aos riscos à saúde, o Movimento Contra a Instalação de Usinas de Incineração na Zona Leste, utiliza o resultado do relatório da EPA (Environmental Protection Agency - Agência oficial Norte-Americana de Meio Ambiente-) divulgado no Brasil pelo Greenpeace<sup>17</sup>.

O movimento se articula com todos os setores da sociedade na discussão da questão. Em 21 de agosto de 94 realiza audiência pública na Câmara Municipal de São Paulo, onde estiveram presentes entre outros, o Greenpeace, a OAB e Movimentos Populares. O Greenpeace representado por seu Coordenador da “Campanha Energia e Atmosfera” Roberto Kishinami, apresentou o relatório da EPA que alerta contra os riscos que as usinas representam para a saúde da população.

---

<sup>17</sup> Riscos diagnosticados após testes em cobaias com reação semelhante aos seres humanos onde foi possível ver a presença de dioxinas que são substâncias tóxicas que provocam câncer, alteram a composição hormonal

A OAB através da sua Subcomissão do Meio Ambiente representada pelo advogado Dr. Antonio Fernando Pinheiro Pedro, aborda os aspectos jurídicos do empreendimento e lembrando que o Ministério Público já determinou à Prefeitura a suspensão da obra, enquanto o Relatório de Impacto Ambiental que analisa as consequências causadas pelo empreendimento ao meio ambiente não for aprovado. Encerrando sua colocação propõe que,

“A prefeitura faça um RIMA de si própria para medir o impacto de suas atitudes e através disso saber se tem condições de dialogar com a sociedade, pois o que se tem visto até agora, é que se tem cometido todo tipo de irregularidades, e desconsiderado qualquer proposta alternativa à vontade do Sr. Prefeito”.

Na ocasião a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente representada pelo Secretário Engenheiro Werner Zulauf, que reafirma a necessidade dessas usinas para a cidade e lembrando as dificuldades que advirão, caso não sejam enfrentada a questão da destinação final do lixo.

#### **d) O Medo da Usina**

Para Célia Regina Nogerino da Pastoral da Saúde de São Matheus e também da direção do “Movimento contra a Instalação de Usinas de Incineração na Zona Leste”, os riscos vão além da emissão das dioxinas ou da emissão de gases tóxicos,

“Há o perigo da contaminação do solo e da água, somando a isso a circulação de pelo menos um caminhão de lixo a cada três minutos pelas vias de acesso ao local, o que deixará pelo caminho não só o mau-cheiro e gases, mais também destruirá a já precária estrutura viária.”

O grupo ambientalista Greenpeace produziu vídeos que foram apresentados aos moradores, demonstrando a situação das crianças norte-americanas que contraíram câncer por morarem no entorno ou nas proximidades de usinas de incineração (Folha de São Paulo, 20 de junho de 94.). Questionou-se o porque sempre a periferia é a principal vítima de projetos nocivos à saúde, além de lembrar que a usina a ser instalada, fica próxima de uma escola e do posto de saúde responsável pelo atendimento de toda a população local.

### **e) O Discurso do Poder Público**

Segundo Werner Zulauf, o relatório da EPA não provocará quaisquer alteração no projeto da Prefeitura,

“A contaminação pela dioxina se dá basicamente pela cadeia alimentar, quando a substancia cai em um alimento depois consumido pelo homem. Isso dificilmente ocorrerá em São Paulo, uma vez que os incineradores não serão construídos em zona rural.”(Folha de São Paulo, 16 de Outubro de 94...).

O Secretário argumenta que não há riscos de intoxicação pois os filtros a serem instalados reduzirão em 99,99% a emissão de poluentes, e as chaminés com altura de 100 metros facilitarão a dispersão dos gases. Outra lembrança do Secretário é que em São Paulo funcionam há mais de 40 anos duas usinas de incineração<sup>18</sup>,

“E até hoje só reclamaram do cheiro”(Folha de São Paulo, 16.09.94...).

O RIMA preparado para este projeto, que foi apresentado e aprovado em audiência pública na Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente em 13.01.95, durante reunião do CADES<sup>19</sup>, na sua parte de justificativas enfatiza que as usinas são portadoras de uma tecnologia que vem sendo utilizada em larga escala em todas as partes do mundo. Usa como argumento documento preparado pela SVMA, que cita como fonte os catálogos das empresas multinacionais do setor de resíduos sólidos: Joseph Martin, Von Roll, Volound e De Bartolomeis. Esta última é uma das empresas que estará trabalhando em associação com a OAS<sup>20</sup> na construção de Usinas de Incineração em São Paulo.

Quanto à grande quantidade de caminhões de lixo que circularão no local, o Secretário argumenta que “todas as ações necessárias para não prejudicar a qualidade de vida da população serão viabilizadas”. O RIMA revela dados quanto à quantidade de veículos por

<sup>18</sup> São as usinas nos bairros do Ipiranga e Ponte Pequena, e não se tem levantamento de um possível grau de intoxicação, pois a CETESB não possui laboratório para este tipo de exame, sendo que a usina da Ponte Pequena já foi multada pela própria CETESB por contaminação do ar pela emissão de material particulado e fuligem na atmosfera acima dos limites legais. Essa usina foi projetada para trabalhar com 700 a 1000 ton/dia, sendo que atualmente tem trabalhado 3500 ton/dia, três vezes acima da capacidade máxima (Gazeta Mercantil, 17.07.94.).

<sup>19</sup> Conselho Municipal do Meio Ambiente.

minuto que circularão na área, e afirma que não haverá impactos no volume de tráfego, visto que “as alterações serão inferiores a 1,5% e a distribuição da demanda será uniforme ao longo das 24 horas”. Os estudos indicam que esse tráfego será distribuído por cinco itinerários diferentes, identificados em função da origem, da coleta e da distribuição dos materiais.

Quanto aos riscos de câncer denunciados pelo Greenpeace com base no relatório de estudos denominado ‘Câncer Risk from Outdoor Exposure to Air Toxics’ realizado pela EPA, o RIMA contesta os estudos da EPA alegando que os incineradores de lixo urbano foram responsáveis por “somente” 0,6%<sup>21</sup> em relação ao total dos casos registrados.

#### **f) Usinas de Primeiro Mundo**

Em 16 de setembro de 94 - através de relatório publicado no Diário Oficial do Município, o Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, Paulo Planet Buarque anuncia com todo entusiasmo que:

“A Prefeitura de São Paulo já licitou e contratou com a Etesco e a OAS, associadas a grupos italianos (De Bartolomeis) e franceses (GDF), a construção e a operação de dois incineradores, com capacidade para 2.500 toneladas/dia, cada um”.

O entusiasmo do Presidente do Tribunal de Contas com a construção das usinas de incineração é desmesurado,

“O dia em que São Paulo as tiver em funcionamento, verá a população, mesmo a bem próxima, que estaremos, por fim, ingressando efetivamente no Primeiro Mundo nessa área”.

Entre outras vantagens Paulo Planet cita o fato de que,

“A cidade de Milão tem toda sua iluminação pública produzida por um incinerador”.

#### **g) Críticas e propostas alternativas**

---

<sup>20</sup> Empresa Brasileira do Setor de Construção civil com grande carteira de obras públicas.

<sup>21</sup> Ver Rima pág. 97

Em 30 de setembro de 94 - o vereador Adriano Diogo do PT de São Paulo, membro da Comissão de Saúde da Câmara Municipal, interlocutor do Movimento junto ao Legislativo ironizou a posição do Presidente do Tribunal de Contas do Município. Em artigo publicado na Folha de São Paulo comenta que,

“Planet Buarque não fez uma análise da única coisa que é de sua competência: a análise dos custos da obra”.

Adriano vê como equivocada a forma com que a Prefeitura vem tratando a questão do lixo, sendo que o problema tem sido visto apenas pela ótica dos engenheiros e não como uma questão de saúde pública.

Aprofundando suas críticas à atual política da gestão municipal afirma que,

“Não será com contratos com mega-empresas particulares que a questão será resolvida. Propostas como a transformação de lixo em gás natural, em adubo orgânico, a troca de material inorgânico por alimentos e vales-transporte ou por material escolar, um programa sério de educação ambiental são idéias que passam longe do gabinete do atual prefeito”.

Para Adriano Diogo somente com um Plano Diretor atualizado para os resíduos sólidos é que se pode enfrentar essa problemática. Mas aponta dificuldades, pois não há interesse político da atual gestão municipal, e políticas alternativas como a coleta seletiva tem sido sutilmente desmontadas.

#### **h) Considerações Finais**

Conforme se pode observar, esse caso se desenrola por dois campos antagônicos. Por um lado os moradores não querem a instalação de usinas naquele local exigindo que seja respeitado o acordo feito anteriormente com o Poder Público, que destinava aquela área para a construção de moradia popular em regime de mutirão. Por outro lado, a Prefeitura não abre mão da instalação das usinas, usando argumentos catastrofistas quanto ao iminente colapso do sistema de coleta e destinação final do lixo na cidade.

Observa-se que a Prefeitura não só não vem dando a atenção necessária às políticas alternativas- coleta seletiva e reciclagem -, como não tem demonstrado interesse em buscar soluções alternativas à instalação de usinas.

A atuação do movimento tem tido ações propositivas no sentido de discutir políticas alternativas à proposta de instalação da usina de incineração e ampliando essa discussão para toda a sociedade .

O alcance do debate envolve o Greenpeace, a Subcomissão de Meio Ambiente da OAB, a Subcomissão de Meio Ambiente da CUT, a Cooperativa dos Catadores de Papel e Materiais recicláveis, Limpurb, Consema, Plastivida, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental e a própria SVMA.

## **VI - ESTUDO DE CASO 3 - OPERAÇÃO URBANA AV. FARIA LIMA**

### **a) Contextualização**

A controversia em torno do impacto do projeto de ampliação da Av. Faria Lima configura uma situação de conflitualidade urbana centrada na defesa da qualidade de vida por parte de moradores de bairros preponderantemente de classe média.

O projeto atinge quatro bairros - Pinheiros, Vila Olimpia, Itaim -Bibi, e Vila Funchal, que representa um contingente populacional em torno de 300 mil habitantes, o que corresponde a pouco mais de 3% dos mais de 10 milhões da cidade de São Paulo.

Segundo levantamento feito pelo jornal Folha de São Paulo, os bairros a serem atingidos pela Operação Urbana Faria Lima concentram 18,4% dos estabelecimentos comerciais e 1,6% das indústrias do total da cidade.

### **b)Reconstituição Histórica**

Em 10 de Novembro de 1967 - o então Prefeito Faria Lima envia à Câmara Municipal projeto denominado “Projeto Iguatemi”, propondo a construção na Região de Pinheiro de uma ligação viária entre o Largo da Batata e a Avenida Cidade Jardim, além de um Shopping Center que levará o nome do mesmo. Esse empreendimento faz parte de uma estratégia de desenvolvimento econômico e de geração de empregos para aquela região até então essencialmente residencial.

O Executivo já definia que, numa segunda etapa seria feita uma ampliação da avenida rumo à região sul pelo bairro de Vila Olimpia e outra no sentido Oeste cortando o bairro de Pinheiros.

Precavendo-se em relação à forte oposição que enfrentaria no Legislativo, o Prefeito envia o projeto fazendo uso do mecanismo do decurso de prazo<sup>22</sup>, estipulando em 40 dias o tempo em que este deve ser apreciado, discutido, aprovado ou rejeitado. Dessa forma o projeto enviado em 10 de novembro, teria até o dia 20 de dezembro para ter seus trâmites encerrados. Em não ocorrendo no tempo previsto, estaria automaticamente aprovado.

Em 20 de Dezembro de 1967 - nesse que seria o último dia para a votação do projeto, as Comissões Técnicas de Finanças e Orçamento, Urbanismo e Obras e a de Serviços já tinham dado parecer contrário à execução da obra.

Nesse dia, a Câmara Municipal se dividiu em dois grandes debates: 1) O Projeto Iguatemi de autoria do Executivo, 2) O projeto de autoria do Legislativo que concedendo o título de Cidadão Paulistano a um cantor popular.

A oposição tentou inverter a pauta organizada pela mesa da Câmara, que colocara como prioridade a votação do título de cidadão, mas não conseguiu reunir número suficiente de vereadores para que fosse mudada a ordem do dia.

O debate em torno da concessão do título acaba consumindo todo o tempo de trabalho, trazendo como resultado do dia a rejeição do título de Cidadão Paulistano ao cantor e a aprovação por decurso de prazo do “Projeto Iguatemi”.

Após passar de forma autoritária pela da Câmara Municipal, o projeto retorna ao então Prefeito Faria Lima, que o sanciona em 3 de Janeiro de 1968, sob a forma de Lei Municipal nº 7104/68.

### **c) A Avenida é inaugurada**

No início da década de 70, a avenida já havia sido inaugurada sem a conclusão da sua segunda etapa, passando a ser oficialmente chamada de Avenida Brigadeiro Faria Lima, em homenagem ao recentemente falecido ex-prefeito e também o maior responsável pela sua viabilização.

O Shopping Center já estava funcionando gerando um grande fluxo comercial e de serviços - consumidores, restaurantes, bancos e escritórios -. Aquele bairro até então de característica apenas residencial passa por uma rápida transformação urbana, multiplicando-se o número de edifícios e de automóveis em circulação.

---

<sup>22</sup> Instrumento muito utilizado durante o período do Regime Militar. Só extinto com a constituição de 1988. Através do decurso de prazo um projeto era aprovado automaticamente se não fosse discutido no prazo estabelecido pelo Executivo. No caso do projeto Iguatemi o prazo previsto era de 40 dias.



Para os moradores, cada mudança de administração no Município representava uma preocupação no sentido de que o novo prefeito viesse dar continuidade à obra. Na gestão Luiza Erundina cogitou-se em discutir uma Operação Urbana na Avenida Faria Lima. Entretanto a gestão tinha outras prioridades centradas na expansão de serviços para os bairros da periferia.

#### **d) Gestão Paulo Maluf: a continuidade da obra volta ao cenário.**

Em Janeiro de 1993 - no início da Administração do Prefeito Paulo Maluf, o Executivo envia à Câmara Municipal o projeto nº 546/93, denominado “Operação Urbana Faria Lima”, que não só dá continuidade ao projeto original previsto na Lei 7104/68, como amplia o seu raio de alcance.

No projeto original, o prolongamento estava previsto até à Av. Juscelino Kubitschek. Já no novo projeto enviado à Câmara sob a responsabilidade do arquiteto Júlio Neves, é incluída uma obra complementar denominada de “Boulevard Sul”, que altera a ligação que estava prevista até à Av. Juscelino Kubitschek, e passa a alcançar a Av. Luiz Carlos Berrini, onde tem ocorrido na última década um dos maiores “booms” imobiliários da cidade e onde tem sido erguidos grandes edifícios que sediam empresas de diversas áreas de atividades.

Nesse novo projeto está prevista a demolição de 450 imóveis, dentre estes, escolas e igrejas além de residências.

#### **e) O discurso do Poder Público**

Na justificativa do novo projeto, a Prefeitura afirma que seu objetivo maior é “desafogar o trânsito” da região. Nesse sentido, citando dados da C E T - Companhia de Engenharia de Tráfego - órgão vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, constata que no horário de rush, entre as 17:00 e 19:30 horas, circulam nessa avenida 1900 veículos por hora, a uma velocidade média de 20 kms.

Afirmando ser necessário criar essas vias de desafogo para o tráfego que se concentra no local, a Prefeitura propõe a construção de escapes da Faria Lima para a Marginal do Rio Pinheiros, como pelo seu prolongamento até a Avenida Luiz Carlos Berrini na região Sul, como sendo a solução para amenizar o excesso de trânsito do bairro de Pinheiros.

A Prefeitura tem como objetivo fazer a obra a custo zero, através de parceria com a iniciativa privada. Esta estratégia só será viável através da venda antecipada do potencial de construção da nova área. O arquiteto responsável pelo projeto<sup>23</sup> assim defende a idéia,

“A Prefeitura poderá vender até 1,3 milhão de m2 de potencial construtivo. Escritórios, hotéis, edifícios residenciais de alto padrão e até habitações populares surgiriam ao longo da avenida. Um shopping center já está previsto”.

#### **f) Surgem os atores coletivos**

Em fevereiro de 93, preocupados com a abrangência do projeto, cerca de 2000 moradores dos bairros atingidos se reúnem e criam as Associações Vila Olimpia-Viva, Vila Funchal-Viva, Pinheiros-Vivo e Itaim-Vivo, visando organizar a resistência e estabelecer estratégias de ação conjunta.

As reações dos envolvidos variavam de acordo com os interesses. Para o Presidente do Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo Ives de Freitas, que foi o Presidente do Contru<sup>24</sup> na Gestão da Prefeita Luiza Erundina e é morador da região,

“a obra privilegia soluções para o transporte individual sem levar em conta o impacto negativo que terá na qualidade de vida dos bairros atingidos”.(O Estado de São Paulo, 06.02.93).

João Mil, 61 anos diz não ser contra o progresso, mas quer ter o direito de continuar morando ali,

“meu pai foi um dos fundadores do bairro, era alfaiate e costurava com luz de lampião. Agora vem uma lei e nos tira tudo”  
(Jornal da tarde, 16.02.93).

O arquiteto Siegbert Zanettini, presidente da recém-fundada Associação Vila Olimpia Viva reage ao impacto disruptivo do projeto dizendo que,

“o projeto Boulevard Sul (ligação com a Luiz Carlos Berrini) imposto pela prefeitura, objetiva atender aos compromissos com as

<sup>23</sup> Ver reportagem Revista da Folha: - “O encrenqueiro da avenida” 21.03.93.- pág 10 - Jornal Folha de São Paulo. Essa reportagem acrescenta que o arquiteto já exerceu cargos de confiança na administração municipal. Entre eles Foi Presidente Cohab ( Cia de Habitação) na Gestão do Prefeito Paulo Maluf entre 1969 e 1971.

<sup>24</sup> Departamento de Controle do Uso de Imóveis, Órgão da Prefeitura do Município.

construtoras e empreendedores imobiliários, à custa do patrimônio e da qualidade de vida dos moradores” (Jornal da Tarde 16/02/94). ... “O projeto pretende destruir toda a cultura montada em um bairro que é baixo e funciona como um pulmão verde importante para a cidade”(Revista da Folha 21.03.93).

O arquiteto Júlio Neves se contrapõe às declarações de Siegbert Zanettini fazendo uma provocação,

“Me admira um professor universitário como Siegbert Zanettini<sup>25</sup>, que preside o movimento de moradores contrários à obra dizer que o bairro é um pulmão verde. Se lá a qualidade de vida é tão boa, porque que eles não tombam logo o bairro inteiro?”. ( Revista da Folha, 21.03.93).

O Arquiteto Wladimir Arruda , também integrante do movimento comenta que,

“Vão riscar nosso bairro do mapa, um lugar cheio de vilas, áreas verdes e ruas pequenas - e nós, para onde vamos?” (Jornal da Tarde 16.02.93).

O debate provoca tanta polêmica entre os arquitetos, que sua entidade profissional promove diversos debates para discutir a viabilidade dessa obra para a cidade. Durante os debates, as ponderações se desenvolvem na linha de discutir prioridades e qualidade de vida. O movimento argumenta que a cidade possui outras prioridades que requerem maior investimento público.

O arquiteto Júlio Neves, por outro lado, vê a obra como uma necessidade urgente para desafogar o trânsito da região, e além disso argumenta que esta incorporará elementos que possibilitarão a geração de empregos e o desenvolvimento da região.

#### **g) O movimento, a luta e os aspectos legais**

Em março de 1993, o movimento adota várias estratégias para impedir a viabilização do projeto. Primeiro se articula junto ao Consema - Conselho Estadual do Meio Ambiente - solicitando que este encaminhe a exigência do RIMA - Relatório de Impacto ao Meio Ambiente- .

---

<sup>25</sup> Siegbert Zanettini é Professor Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

A população se constitui em grupos de pressão que cotidianamente visitam a Câmara Municipal para pressionar e monitorar o trabalho das comissões temáticas. Organizam atividades para influir na formação da opinião pública visando orientar e informar os conselheiros membros do CONSEMA a respeito dos efeitos nocivos à qualidade de vida que advirão com o empreendimento.

Esta iniciativa não teve o efeito esperado junto ao CONSEMA. A Prefeitura apresentou o RIMA na reunião do Conselho e através de um acordo com o Governo Estadual, obteve votos suficientes para aprovar o relatório nos moldes propostos pela Administração Municipal..

Passada essa etapa, o passo seguinte foi tentar revogar o previsto na lei 7104/68, através de Projeto de Lei enviado à Câmara Municipal pela vereadora Aldaíza Sposati do PT-SP, no qual consta a seguinte justificativa,

“Qualquer iniciativa governamental - projetos e atividades - deve se considerar a questão dos recursos financeiros disponíveis e, principalmente, os impactos que a destinação de recursos irá promover nos demais projetos e atividades que já se encontram em andamento. Assim, e como medida de cautela que possibilite os representantes do povo conhecerem a integridade das alterações que se pretende concretizar, é prudente tornar sem efeito disposições cuja utilização pode comprometer os estudos em andamento, sobre criarem situações irreversíveis e fatos consumados”.

O Movimento tenta através da revogação da lei, evitar que a Prefeitura inicie imediatamente as demolições já que legalmente isto é possível desde que esteja baseado nos termos do projeto original que vigora desde o ano de 1968.

A revogação da lei significaria a impossibilidade de iniciar qualquer obra de extensão da Avenida Faria Lima. A essa altura a Prefeitura já sinalizava que poderia rever o projeto, pois as dificuldades encontradas com a inclusão do “Boulevard Sul” estavam atrasando o início das obras, e esta tinha muita pressa em iniciá-las.

O Projeto propondo a revogação da Lei 7104/68, foi rejeitado na Comissão de Constituição e Justiça, como resultado do acordo Município/Estado. Dos nove vereadores que a compõem, cinco votaram com o Executivo, os três vereadores da coligação que dão sustentação política ao Prefeito, PDS (hoje PPR), PL e PTB, e dois do PMDB, partido ao qual pertence o Governador do Estado.

### **h) A Prefeitura recua, para iniciar as obras com o projeto original**

Ainda em março de 93, devido às dificuldades causadas pela alteração no projeto original, a Prefeitura recua no objetivo de implantar o chamado Boulevard Sul. A Faria Lima volta a ter o traçado previsto no projeto de 1968, reduzindo às desapropriações de 450 para 250 imóveis.

Mas o projeto Boulevard Sul não foi definitivamente esquecido. Apenas foi retirado estrategicamente para que a Prefeitura pudesse iniciar imediatamente a obra, amparada na lei 7104-68, ainda em vigor.

Nesse período o Movimento continua suas reuniões, realiza audiências públicas, faz protestos de rua, mas não consegue nenhum avanço no sentido de dificultar ou até mesmo propor alterações ao projeto.

### **i) A Sociedade debate o projeto**

O debate em torno do projeto extrapola os limites da relação população atingida/prefeitura. Ganha visibilidade nos mais variados setores, e passa a ser objeto de opiniões de pessoas de diversos segmentos da sociedade, encontrando posicionamentos em Entidades de Classe e Organizações não Governamentais. Gera-se intenso debate entre personalidades que ocupam espaços privilegiados na mídia impressa e escrita.

Em 04 de Abril de 94, o Professor Antonio Cândido de Mello e Souza em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo afirma ser,

“contra o projeto, como tantos outros moradores, não apenas porque resido na Vila Olimpia há mais de 30 anos, mas sobretudo pela convicção de que na administração pública há uma escala de prioridades... . Outro motivo também partilhado por quase todos os moradores da Vila olimpica que tomaram posição, é o desejo de preservar, além da moradia de cada um, em geral adquirida com muito sacrifício, a integridade de um bairro modesto mas equilibrado, que nesta cidade difícil conseguiu funcionamento adequado”.

Em 20 de abril de 94, o Secretário de Serviços e Obras do Município Reynaldo de Barros publica artigo na Folha de São Paulo imputando uma conotação político-ideológico ao Movimento, afirmando que,

“a enxurrada de representações, ações populares, cautelares e de inconstitucionalidades, protestos e passeatas contam com o apoio da OAB, CUT, GREENPEACE, PT e PC do B”.

Em 02 de Maio de 94, o arquiteto Siegbert Zanettini responde ao Secretário Reynaldo de Barros em artigo na Folha de São Paulo, criticando suas opiniões e qualificando-as como sendo,

“discurso típico de integrantes do golpe militar, de onde surgiram e do qual nunca se distanciaram.”

Mostrando que o movimento tinha uma amplitude muito maior do que a desejada pelo secretário cita,

“D. Paulo Evaristo Arns, Antonio Cândido, Ruth Cardoso, Bento Prado Jr., Florestan Fernandes, Fábio Feldmann, Fábio Konder Comparato, Luiz Felipe Alencastro e tantos outros como signatários do MANIFESTO EM DEFESA DA CIDADE DE SÃO PAULO que entre as várias razões para estar contra o projeto Faria Lima, é destacado que: estamos contra, por não aceitar esse tipo de progresso a qualquer custo, destruidor de história, de memória e de relações consolidadas... . Estamos contra porque não aceitamos essa obra como prioritária numa cidade esquecida em todas as suas necessidades”.

Em 18 de maio de 94, o Greenpeace por ocasião da Campanha Internacional “Cidades Livres de Carros”, divulga manifesto contra o projeto em ato de protesto na Avenida Faria Lima. O manifesto diz que para o Greenpeace,

“o projeto Faria Lima é um exemplo de iniciativa a ser combatida. Ele não significa nenhum benefício para a cidade. O único resultado possível será o aumento do número de carros nas regiões de Pinheiros, Vila Olímpia e Itaim, com o conseqüente aumento de congestionamentos, do barulho, da poluição e do número de acidentes”.

Em 22 de maio de 94, o ex -governador Abreu Sodré defende o projeto em entrevista na Folha de São Paulo,

“não se compreende uma avenida como a Faria Lima iniciar num largo e terminar em outro com ruas estreitas. O urbanista não pode pensar no presente. Ele tem que pensar grande e no futuro. É uma obra prioritária”.

No mesmo dia, o presidente do Instituto de Engenharia Alfredo Mário Savelli também justifica a obra,

“a Faria Lima com o potencial imobiliário que tem, reúne condições de ser o estopim do processo de operações urbanas de São Paulo. Hoje o trânsito lá é uma calamidade”

A polêmica se estabelece em torno da defesa da qualidade de vida e da identidade histórica do local pelos moradores, e o discurso sobre os benefícios com a necessidade de modernização e abertura de vias de acesso que descongestionem o trânsito apregoado pelo Poder Público e seus aliados.

#### **j) O Início das Demolições**

Somente no mês de junho de 1994, a Prefeitura consegue vencer os entraves legais quanto à desapropriação de 106 imóveis que constam do primeiro trecho do trajeto iniciado.

O assessor técnico da Secretaria de Vias Públicas José Masi diz que todas as desapropriações estão de acordo com a Lei 7104/68, e afirma que, “se a justiça decidir que a lei não vale, então vamos parar o processo”. Para este o projeto rumo à Região Sul será começado em breve, com a demolição mais 134 imóveis.

Os moradores tentaram de todas as formas impedir o início das demolições, através de vigílias e passeatas para bloquear a passagem dos tratores e de outras iniciativas que representassem alguma obstrução à obra.

#### **k) Situação Atual**

No trecho rumo à região Oeste que já está em andamento, todas as demolições foram efetuadas e suas respectivas indenizações pagas pelo Poder Público. Em outubro de 94 Sergio Suiama coordenador da Ansur - Associação Nacional do Solo Urbano- comenta que esse espaço desapropriado “está parecendo o Líbano em guerra civil”.

A idéia do custo zero não se concretiza. O trecho previsto como o mais valorizado, e que a Prefeitura pretende negociar com a iniciativa privada não vingou, por corresponder ao Boulevard Sul - que terá que passar ainda pela aprovação da Câmara Municipal, por se tratar de um outro projeto -.

O fato da Administração realizar as obras com recursos próprios, tem representado o realocação de verbas de outras áreas, causando transtornos à população carente. Os setores de saúde e de manutenção da cidade, tem sido os mais afetados por essa inversão de prioridades.

#### **D) Projeto Alternativo**

Em 26 de Outubro de 94, o Movimento supera a fase da contestação e apresenta sua proposta de um Plano Diretor para os 4 bairros em audiência pública na Câmara Municipal.

O projeto alternativo formulado pelo Movimento, foi apresentado pelo urbanista Cândido Malta, professor da FAU<sup>26</sup>-USP e Vice-Presidente da Comissão de Justiça e Paz da Cúria Metropolitana de São Paulo. Nesse projeto as desapropriações são congeladas. Seu fundamento baseia-se no objetivo de manter a tradição arquitetônica dos bairros, protegendo suas 171 vilas e ruelas valorizando o modo de vida.

Durante a exposição de motivos o Arquiteto Siegbert Zanettini lembra que é preciso,

“priorizar o homem, priorizar o transporte coletivo como forma de resolver os problemas de trânsito, deve-se considerar o homem como valor fundamental em qualquer projeto”.

O vereador Maurício Faria do PT-SP, manifesta sua preocupação, uma vez que mesmo sem ter a operação urbana aprovada na Câmara, o prefeito pode continuar realizando as obras com base na lei 7104/68. Para o vereador, o plano alternativo apresentado pelo movimento pode ser o “início de um consenso entre as partes”.

O plano foi entregue e ainda está em tramitação nas Comissões técnicas. Se for apreciado por todas, irá a plenário para votação.

A Prefeitura não demonstrou muito interesse pelo novo projeto. O Secretário Municipal de Vias Públicas Reynaldo de Barros classificou a iniciativa dos moradores como sendo legítima, porém fez uma ressalva,



“não gostei, esse negócio de reforçar o transporte público é piada, não resolve o problema do trânsito”. (Folha de São Paulo, 27.10.94).

### **m) Considerações Finais**

O debate sobre a Projeto Faria Lima, colocou em cena atores sociais que até então não tinham tido a experiência de se organizar com o objetivo de discutir ou se posicionar em relação às políticas públicas. Esses atores pertencentes em sua maioria à classe média, viam esta problemática de forma distante, como sendo sempre daqueles que não possuíam alguma coisa específica, ou daqueles que lutam para ter direitos - de moradia ou de acesso a serviços; como saúde e educação, creches, transportes, etc.

A luta pela preservação da qualidade de vida no espaço local, foi o elemento que impulsionou estes cidadãos, até então distanciados do jogo político-reivindicatório a se mobilizarem.

A articulação do Movimento contra o projeto Faria Lima, colocou em cena atores que querem preservar uma qualidade de vida consolidada e uma relação histórica de suas vidas com o local onde habitam. Ganhou visibilidade como um Movimento que colocou na ordem do dia da cidade o questionamento sobre a idéia de progresso a qualquer custo, sem levar em conta o cidadão e sua identidade.

É interessante observar nas palavras de Siegbert Zanettini uma das leituras sobre o rumo que o Movimento vem tomando,

“No início as pessoas estavam mais interessadas em solucionar seus problemas particulares, como desapropriação de suas casas. O mais incrível é que isso foi se alterando. A perspectiva se ampliou para a cidade como um todo, a preocupação se focalizou na qualidade de vida do cidadão” (O Estado de São Paulo, 09.10.94).

Uma boa referência dessa análise do arquiteto Zanettini pode ser vista nas palavras da dona de casa Shirley Vieira de Almeida que afirma jamais ter participado de nenhum movimento deste tipo,

---

<sup>26</sup> Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

“Não sou contra obras, mas é preciso medir prioridades. O prefeito devia gastar mais dinheiro com saúde, transporte coletivo e educação”. ( O Estado de São Paulo, 09.10.94).

O projeto trouxe à tona para estes setores bem aquinhoados da sociedade o despertar para a necessidade de influir na formulação das políticas públicas. A participação, mesmo que de início voltada apenas para a defesa de causas mais particularizadas, motivou outros setores das camadas de classe média/alta a se mobilizarem, procurando o Poder Público para discutir questões que viessem afetar a sua qualidade de vida ou que pudessem interferir em seu cotidiano.

Novos atores vem surgindo no bojo da polêmica da Faria Lima dada a repercussão da postura assumida pelo Executivo viabilizar de forma exacerbada a sua “fúria empreendedora” ( também vista como destruidora por amplos setores da população) em detrimento da área social. As inúmeras propostas, projetos e obras em andamento - túneis sob rios, avenidas, praças, pontes e viadutos -,desconsideram inclusive bairros com características historicamente residenciais e com infraestrutura urbana consolidada.

A cada obra ou projeto anunciado, as pessoas tem tentado se aglutinar e mobilizar para resistir à tendência de degradação da sua qualidade de vida .Este é o caso do Movimento que está enfrentando grupo econômico poderoso que pretende construir um Shopping Center no bairro de Higienópolis e que também questiona a privatização do Estádio do Pacaembú.

O Movimento Faria Lima pode ser visto como exemplo, não só de um acúmulo de pequenas vitórias, mas também como um movimento que procurou inverter a lógica que, alia uma Administração Municipal que faz das grandes obras públicas de alcances sociais muito duvidosos a grandes empreendedores e promotores imobiliários que sempre fizeram prevalecer os seus interesses particularizados.

## **VII - ESTUDO DE CASO 4 - OS MANANCIAIS DA METRÓPOLE**

### **a) Contextualização**

A água é um patrimônio vital para a humanidade. Sua conservação e seu tratamento como recurso fundamental para a vida é objeto central das preocupações dos Governos, Sociedade Civil e Entidades Ambientalistas.

Quando pensamos em regiões metropolitanas, os problemas relacionados à água se manifestam de forma mais inquietante. No caso das cidades brasileiras, a degradação das fontes de água acontecem simultaneamente com um processo de urbanização, que é caracterizado pela ausência de políticas públicas de uso e ocupação do solo e pela ausência de fiscalização face aos agravos ambientais provocados por atividades poluidoras das mais diversas origens.

Na Região Metropolitana de São Paulo, o patrimônio ambiental vem se deteriorando há várias décadas em virtude da ausência de políticas públicas ambientalmente sustentáveis.

Historicamente o Poder Público priorizou o setor energético, com o objetivo de atender o aumento da demanda em virtude da intensa industrialização, dando pouca atenção à questão do armazenamento, tratamento e fornecimento de água para o consumo humano.

Chega-se ao limiar do século XXI com um duplo estrangulamento - uma perda crescente da qualidade e uma redução da quantidade ofertada - o que tem causado transtornos cada vez mais frequentes, principalmente para as famílias de baixa renda que habitam em regiões periféricas.

Quanto à cidade de São Paulo, o efeito da conurbação, a dependência e a importância dos outros municípios na produção, no consumo da água e na degradação das fontes, exige uma abordagem mais abrangente, tornando necessária uma reflexão em termos metropolitanos.

O quadro que se reproduz a seguir mostra a complexidade presente na atual situação do abastecimento de água na Região Metropolitana de São Paulo, onde é preciso suprir 15,4 milhões de pessoas num espaço cada vez mais degradado por um adensamento populacional desordenado, que coloca em risco a qualidade de vida e o meio ambiente local.

#### **SITUAÇÃO ATUAL DO ABAST. DE ÁGUA NA RMGSP<sup>27</sup>**

BACIA	Prod. (m3/S)	( % )TOTAL	POP ATEND	LOCALIZAÇÃO
Cantareira	33,0	57	8,7milhões	Municípios de Atibaia Bragança- Sul Minas
Guarapiranga	12,0	21	3,4 milhões	Municípios de São Paulo Itap Serra - Embú-Guaçú e outros.
Rio Claro	4,0	7	1,1 milhões	Biritiba-Mirim

<sup>27</sup> Utilizaremos esta sigla como denominação da Região Metropolitana da Grande São Paulo.

Alto Tietê	3,5	6	0,8 milhões	Mogí das Cruzes-Suzano
Billings	4,0	7	1,1 milhões	Municípios de São Paulo e ABCD.
Cotia	1,5	2	0,3 milhões	Cotia

Fonte: SABESP/SOS MANANCIAS

### **b) Breve leitura do quadro acima**

Dos seis reservatórios descritos, o Sistema Cantareira que responde por 57% do total da água produzida para o consumo humano, está localizado fora dos limites da RMGSP. Dista em torno de 100 kms da cidade de São Paulo, o que encarece substantivamente o custo de produção da água.

No que diz respeito à qualificação das águas, os reservatórios, Cantareira, Rio Claro, Alto Tietê e Cotia estão incluídos na classe 1, por serem formados por afluentes que não estão localizados em regiões industrializadas, apresentando baixos índices de poluição. O reservatório de Guarapiranga localiza-se na classe 2, que exige um tratamento convencional. Já a água da represa Billings, que pertence à classe 3, exige tratamento diferenciado, devido ao alto grau de poluição, que chega a atingir em períodos de estiagem e devido a situações que veremos durante a descrição do estudo de caso, a ser qualificada enquanto classe 4 - imprópria para o consumo humano -.

Os reservatórios Alto Tietê e Rio Claro, abastecem prioritariamente os municípios onde se localiza e a Zona Leste, que é a segunda região mais populosa da cidade de São Paulo. O reservatório de Cotia abastece o município do mesmo nome e região adjacente. A represa Billings abastece parte da Região do ABC<sup>28</sup>, e a de Guarapiranga abastece a Zona Sul de São Paulo e o ABC. Por fim o Sistema Cantareira, o maior de todos, supre o restante do Município de São Paulo e as cidades no entorno da Serra da Cantareira.

Este trabalho prioriza a análise dos problemas existentes nos reservatórios Billings e Guarapiranga que se localizam nas áreas limítrofes da cidade de São Paulo, em regiões industrializadas e com grande adensamento populacional, colocando em cena vários atores sociais que se dedicam à luta pela qualidade de vida e a preservação sócio ambiental da cidade.

<sup>28</sup> Compreende os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Riacho Grande e Rio Grande da Serra, Fazendo parte da RMGSP.

### **c) Breve contexto histórico**

Os principais mananciais da RMSP são os Reservatórios Billings e Guarapiranga. Suas construções foram iniciadas durante as duas primeiras décadas do século XX. e se situam na cidade de São Paulo, alcançando vários municípios da Região Metropolitana que também deles dependem para o suprimento de água para o consumo humano.

O reservatório de Guarapiranga foi construído entre os anos de 1906 e 1908<sup>29</sup> com o objetivo de controlar a vazão do Rio Tietê, durante a instalação de turbinas na Usina Hidrelétrica de Parnaíba. Compreende uma área de 631 km<sup>2</sup>, situando-se na Região Sul do Município de São Paulo, no bairro de Capela do Socorro, alcançando outros 6 municípios da RMSP - Cotia, Embú, Embú-Guaçú, Itapecerica da Serra, São Lourenço da Serra e Juquitiba -.

O Reservatório Billings foi construído no ano de 1925, com o objetivo de alimentar as primeiras turbinas da Usina Henry Borden, que estava sendo inaugurada para suprir a deficiência energética da Baixada Santista. Localiza-se entre a Serra do Mar, Região do Grande ABC e o município de São Paulo na região sul, através do bairro do Grajaú e possui uma margem total de 800 kms. É maior que o de Guarapiranga, porém contribui menos no volume de água para o abastecimento, devido à degradação, que ocorre pela ação dos esgostos clandestinos e de sucessivos bombeamentos de água do poluído Rio Pinheiros.

### **d) Degradação dos Mananciais**

O agravamento das condições ambientais das áreas de mananciais da RMSP resulta do grande desenvolvimento industrial ocorrido nas últimas décadas. O adensamento populacional, a multiplicação do número de indústrias e atividades de mineração, assim como a utilização inadequada do solo para os mais diversos fins são fatores preponderantes desse processo.

De todos os aspectos mencionados, o adensamento populacional é o que causa maior controvérsia. São Paulo se transforma numa megalópole e o efeito da conurbação confunde as fronteiras entre a cidade e os municípios circunvizinhos. A cidade possui diversos níveis de conurbação, marcados por uma urbanização bastante desigual, notadamente nas regiões Leste e Sul.

A Zona Norte, com exceção do bairro do Tucuruví que está conurbado com o município de Guarulhos, é a única região onde a vegetação faz o limite da cidade de São Paulo

---

<sup>29</sup> Ver Relatório do Seminário “Preservação dos Mananciais e a Moradia - Um projeto Ecológico”- Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Município de São Paulo - 1991.

com outros municípios. Nesse local localiza-se a Serra da Cantareira, uma vasta reserva de Mata Atlântica protegida por Lei Ambiental. Lá residem pessoas de alto padrão sócio-econômico, dentro de condomínios fechados e clubes de campo.

Na Zona Sul, o que divide o município de São Paulo dos demais são às águas das represas Billings e Guarapiranga, que hoje estão rodeadas por um contingente populacional em torno de um milhão de pessoas, que ocupam irregularmente a maior parte de suas margens.

#### **e) Ações que causam danos aos mananciais**

Em pesquisa realizada durante o ano de 1992, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SMA constatou a existência de 940 mil pessoas residindo<sup>30</sup> nas Áreas de Proteção de Mananciais, onde estão localizados os reservatórios Billings e Guarapiranga.

Desse total, 620 mil estão no entorno do Guarapiranga, localizada dentro dos bairros de Santo Amaro, Capela do Socorro e nos municípios do Embú e Itapecerica da Serra.

A degradação mais comum nesse reservatório se dá pela ligação clandestina dos esgotos residenciais, que na sua maior parte são despejados diretamente na represa. Ocorre também a degradação dos afluentes por todo tipo de ação, desde o despejo de lixo às ligações clandestinas de esgoto, fazendo com que essas águas cheguem ao reservatório muito poluídas e com a sua qualidade comprometida.

Mas a ação degradadora nesse manancial não fica só por conta dos moradores. A poluição industrial é significativa, e ocorre em virtude do descaso e das limitações do Estado em acionar os instrumentos jurídicos de proteção ambiental. Estes, quando acionados, chegam acompanhados do instrumento repressivo das multas, cujo valor é tão irrisório, que não funciona como desestímulo à impunidade dos poluidores que continuam a agredir o meio ambiente.

Em torno do reservatório Billings, se situam as outras 320 mil pessoas, sendo que 80% desse total no município de São Bernardo do Campo e o restante em São Paulo, Diadema e Santo André, e de maneira bem menos acentuada em Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

A degradação ambiental nesse reservatório se manifesta de maneira mais preocupante. Além da quantidade já citada de moradores em área irregular que despejam diariamente, através de ligações clandestinas, cerca de 1.000<sup>31</sup> toneladas de esgotos in natura, o manancial é afetado com a priorização de sua utilização na geração de energia elétrica.

<sup>30</sup> A lei estadual 1172/76 protege essas áreas, disciplinando o uso e ocupação do solo.

<sup>31</sup> Dados fornecidos pela entidade de defesa do meio ambiente "Billings eu te quero viva".

Em épocas de estiagem através da reversão do fluxo do poluído Rio Pinheiros, quantidade significativa de água é bombeada para manter o nível do reservatório e não comprometer a produção de energia elétrica pela Usina Henry Borden da Eletropaulo. No ano de 1993 essa ação degradadora ocorreu de forma tão recorrente, que perto de 70% das águas ficaram sem oxigênio. Este fato causou grande mortandade de peixes e muitos transtornos para a população da região.

Outro fato que compromete as águas do Rio Pinheiros em época de estiagem, é quando as águas da represa Billings passam a ser utilizadas para o fornecimento de água doce para resfriar as caldeiras das indústrias do município de Cubatão. Há tempos que esse fato vem se dando de maneira recorrente. O Estado pressionado por ambientalistas e por setores da Sociedade Civil aciona sem muito compromisso os instrumentos legais, impedindo temporariamente o bombeamento. Porém, o lobby das indústrias se mobiliza e utiliza o expediente da ameaça do desemprego generalizado. O Poder Judiciário acaba cedendo, o que faz com que a maioria das indústrias não desenvolva alternativas que reduzam substancialmente essa dependência.

O bombeamento das águas do Rio Pinheiros para a represa Billings também ocorre em épocas de chuva para evitar grandes enchentes no município de São Paulo.

#### **f) Conflitos, Atores Coletivos e Poder Público**

As divergências geradas em torno da luta pela preservação da qualidade de vida nas áreas de proteção de mananciais colocam em conflito movimentos por moradia, entidades ambientalistas e entidades da Sociedade Civil com o Poder Público.

Carlos Bocuhy, presidente da entidade ecologista “Billings eu te quero viva”, aponta para a quantidade de loteamentos clandestinos nessas áreas, como sendo o fator que mais contribui para a degradação do reservatório. Este atribui aos movimentos de moradia uma ação imatura, ao afirmar que estes trabalham com “uma visão predatória de urbanização para as áreas de mananciais.”. Isto deixa uma grande pergunta no ar: o que fazer com as quase um milhão de pessoas que vivem em condições precárias nessas áreas?. Para Bocuhy, não há alternativa além da realocação.

Porém, essa solução não parece ser tão simples assim. Afinal um milhão de pessoas representa um contingente populacional que poucas cidades possuem. Além disso não há espaço físico disponível na RMSP que comporte tamanha migração interna.

Se a solução apontada por Bocuhy não é a mais adequada, seus argumentos não podem ser desconsiderados.. A degradação ambiental provocada pelos moradores vai além do despejo de esgotos in natura no reservatório e do desmatamento. Os impactos mais graves decorrem da impermeabilização do solo e da construção de moradias nas nascentes. Estes dois fatores colocam em risco a produção de água na represa Billings, que segundo este já está comprometida em mais de 50%.

Na região da Guarapiranga, a ação em defesa dessas áreas, fica por conta do “SOS MANANCIAS”<sup>32</sup>. Loide Cruz técnica da entidade, partilha da mesma opinião que Bocuhy, quando comenta os danos causados por moradias clandestinas. Porém centra suas críticas no Poder Público municipal de São Paulo, pela ausência de uma política habitacional, como a grande causadora das invasões. Para citar um exemplo dessa incapacidade de gestão das políticas habitacionais, afirma ter localizado entre os muitos invasores, pessoas que foram desapropriadas pela Prefeitura para a construção de pontes, túneis, viadutos e abertura de novas avenidas.

A polêmica aumenta quando se discute a questão da regularização desses imóveis, que uma vez legalizados, passam a receber benfeitorias urbanas para reduzir a possibilidade de agravos aos mananciais.

Bocuhy se manifesta contra qualquer proposta de regularização, apontando para o caráter inconstitucional de qualquer iniciativa . Na sua argumentação, acusa as Prefeituras da RMSP e o Estado de atenderem “interesses imediatistas”, e afirma que estas, muitas vezes se utilizam dessas áreas em loteamentos clandestinos, como “ curral eleitoral”, onde o discurso da legalização rende muitos votos.

Bocuhy relata que conseguiu através de ação na Justiça, conseguiu suspender um projeto de urbanização iniciado pela Prefeitura de São Bernardo do Campo com recursos do BID<sup>33</sup>, em uma dessas áreas.

Uma preocupação que une Loide Cruz e Carlos Bocuhy, se relaciona com a ação da especulação imobiliária. Nesse caso mais uma vez sobram críticas ao Poder Público, por não desenvolver mecanismos de repressão que evitem a ação inescrupulosa dessas pessoas, que vendem lotes em Áreas Protegidas por Lei Ambiental.

---

<sup>32</sup> Entidade formada por técnicos do Poder Público Municipal da área de ação da represa, e por técnicos ligados ao Poder Público Estadual. O objetivo principal desta entidade é impedir novas invasões e fazer campanhas educativas com a população local no sentido de evitar danos a represa.

<sup>33</sup> Banco Inter-Americano de Desenvolvimento



Esse tipo de problema é tão visível no município de São Bernardo do Campo, que Virgílio Alcides de Faria, presidente do Movimento de Defesa da Vida com sede nessa cidade, impetrou ação popular na Justiça, acusando o Prefeito Walter Demarchi<sup>34</sup> de comprometimento com loteadores, por não cumprir a Lei Ambiental, e além disso facilitar e até incentivar a ação destes, com o perigoso precedente aberto para a regularização. O assessor de imprensa do prefeito se pronunciou alegando que essa denúncia tem caráter político, e no que diz respeito à Lei Ambiental, “ela é bonita no papel, porém impraticável, daí a iniciativa da prefeitura de urbanizar as moradias em áreas de mananciais.”

Arselino Tatto, vereador do PT de São Paulo, ligado aos Movimentos de Moradia nas áreas da Billings e Guarapiranga, diz também lutar contra a especulação imobiliária nessas áreas, mas chama a atenção dizendo que, “é uma hipocrisia ignorar que 940 mil pessoas vivem nessas condições”. Tatto defende a legalização desses imóveis para que o Poder Público através de uma urbanização planejada, possa criar condições de saneamento, possibilitando a recuperação das represas. Afirma ser contra novas invasões, defendendo que as pessoas que já estão nessas condições possam ter direito de continuar residindo no local. Segundo este, serão evitadas novas invasões, a partir do momento em que a população sem-teto for contemplada com políticas habitacionais que superem o déficit por moradia.

A cidade de São Paulo, enfrentou os mesmos problemas que São Bernardo do Campo na questão de regularização desses imóveis. O simples fato de se discutir durante dois meses uma “anistia” para esses moradores, foi motivo suficiente para gerar uma onda de invasões que desmatou aproximadamente 1,5 milhão de metros quadrados de área verde. O SOS MANANCIAIS que agiu na repressão/prevenção das invasões, contabilizou oito grandes invasões ocorridas entre os dias 11 de setembro e 15 de outubro de 1994; período este que foi necessário para que a justiça desse parecer contrário à regularização na controvérsia sobre a legalização de imóveis nessas áreas. Houve também a apreensão de mais de 200 toneladas de madeira e material de construção que seria utilizado na abertura dos loteamentos.

Loide Cruz, chama a atenção para o período em que ocorreu esse problema, e destaca que, “em ano eleitoral as invasões ocorrem de maneira mais frequente”, reforçando a preocupação de Bocuhy sobre uma nefasta conivência de setores do Poder Público com essas práticas.

---

<sup>34</sup> Ver reportagem no Diário Popular de 05/02/95, com o título “Lotear áreas de mananciais é mais lucrativo que tráfico”.

### **g) Considerações Finais**

Essa é uma questão que está muito longe de ser resolvida. O problema é muito delicado e não se pode realmente ignorar que moram irregularmente em torno de 1 milhão de pessoas nessas áreas. Seria uma atitude impensável cogitar a remoção para outros locais.

Não se pode admitir também que grupos incentivem novas ocupações. A fragilidade do Poder Público é notória, pois apesar de dispor de instrumentos legais para agir na prevenção/repressão de novas invasões, frequentemente prevalecem os acertos políticos e outros jogos de interesses.

O próprio SOS MANANCIAS constata que em períodos eleitorais há um incremento na média de invasões e o Poder Público tem a maior parcela dessa culpa.

É fato, que não pode ser ignorado, que as invasões vem ocorrendo de maneira bem organizada. O relato dos técnicos do SOS MANANCIAS nos colocam diante de estruturas bem montadas através da orientação de políticos locais, onde centenas de pessoas já chegam com todo o material necessário para demarcar terrenos e erguer barracos.

O ponto principal para a superação dessa questão, está na preocupação tanto dos técnicos da SOS MANANCIAS, como do vereador Arselino Tatto. Segundo estes falta aos atuais prefeitos dos municípios da RMSP, a definição de políticas habitacionais que priorizem a população carente e que esta seja envolvida no processo de definição das alternativas possíveis .

## **VIII - CONCLUSÕES SOBRE OS ESTUDOS**

Este mapeamento de situações de conflito ambiental, escolhidos pela sua diversidade, representam um mosaico das situações de agravo ambiental e seus efeitos tanto no plano social, como politico-institucional. A ênfase analítica está centrada em dois aspectos muito presentes tanto no discurso como na prática dos moradores atingidos: a relação dos movimentos com o Poder Público e a sua referência de qualidade de vida enquanto fator de centralidade na emergência e configuração das práticas de organização e mobilização coletiva .

Estas quatro situações que tem conotações muito diferenciadas, representam frequentemente dinâmicas completamente opostas tanto no aspecto organizacional, como na composição social, entretanto interpelam, enfrentam ou conflitam com um agente comum: o Poder Público.

**a) A dinâmica interação/conflito com o Poder Público**

O Poder Público está geralmente representado por algumas Secretarias Municipais que tem um envolvimento mais direto: Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Administrações Regionais, Secretaria de Obras e Secretarias Estaduais de Saneamento e Meio Ambiente.

O que se pode observar destas experiências, é que a população mobilizada em três dos casos estudados está representada por setores pertencentes aos grupos mais excluídos, com um potencial mobilizatório e de visibilidade pública bastante restrito.

O fato é que, como se trata de situações onde a questão do agravo assume dimensões ameaçadoras, alguns destes movimentos tem o apoio de instituições da Sociedade Civil e ONG'S, o que possibilita uma maior visibilidade das suas lutas e uma repercussão que transcende o espaço local, num contexto observando-se um decréscimo das práticas reivindicativas.

Deve-se ressaltar que nos dois casos relacionados com a questão do lixo, trata-se de práticas de resistência e de demanda por soluções alternativas. A situação relacionada com a ocupação irregular em Área de Proteção de Mananciais transcende em muito a dimensão local uma vez que coloca em pauta a incapacidade do Poder Público de gerir uma legislação que há muito vem sendo infringida em virtude da omissão/conivência e inoperância das autoridades. Mas é importante ressaltar que a pauperização e a quase inexistente políticas habitacionais, notadamente na última década, tem sido os principais responsáveis pelo agravamento desta situação de tensão gerada pelo impacto da ocupação irregular nas fontes de recursos hídricos em pauta, Guarapiranga e Billings.

A outra situação estudada, reflete um contexto de resistência e questionamento de práticas dilapidadoras e prepotentes de uma Administração Municipal, que centra suas iniciativas de resolução dos problemas de trânsito principalmente na resposta aos motoristas individuais. Pelo fato de tratar-se de uma intervenção urbana que afeta famílias de classe média, que habitam em bairros tradicionais e que tem um poder de fazer ecoar a sua insatisfação e indignação junto aos meios de comunicação, o Movimento obteve uma grande visibilidade na imprensa cotidiana e junto a algumas instituições da Sociedade Civil.

Mas apesar da mobilização dos interessados e do apoio das entidades ambientalistas, o seu alcance foi bastante restrito. O peso do automóvel no cotidiano paulistano é tão avassalador que apesar do significado do Movimento - uma articulação em prol da qualidade de

vida fortemente orientada por setores médios formadores de opinião - o seu caráter multiplicador dada a inexistência de propostas alternativas foi limitado.

### **b) Formas de organização, mobilização e articulação dos movimentos**

Estas quatro situações de lutas ambientais estão circunscritas por uma temporalidade e uma territorialidade específica.

No caso dos incineradores e do lixão, trata-se inclusive de mobilizações organizadas a partir de lideranças populares envolvidas previamente em outras lutas. São lutas estruturadas a partir da capacidade destas lideranças locais de encabeçar uma resistência em nome das condições de vida “dos que não tem”. Já no caso da ocupação irregular são “os que não tem” que se mobilizam na defesa de interesses particularizados. Trata-se em todos os três casos de situações limite que refletem a complexidade gerada por contextos de precariedade que em muito transcendem o plano sócio-ambiental.

Os “que não tem”, como é o caso dos moradores que não tem outra alternativa senão habitar em Áreas de Proteção de Mananciais, interferem diretamente, por causa da sua situação de miserabilidade, na qualidade da água de represas que tem um papel importante na oferta de água para a Região Metropolitana. Neste contexto de dilapidação das fontes de água também devem ser incluídos outros atores, que não necessariamente pertencem ao rol dos excluídos, mas que se beneficiam da inoperância e/ou conivência e/ou omissão e/ou corrupção do Poder Público quanto ao estrito cumprimento da obrigatoriedade de implantar infraestrutura de saneamento básico para o despejo de resíduos sólidos. Trata-se de proprietários - pessoas físicas ou jurídicas -, que desobedecem a legislação apesar de possuir os meios financeiros para evitar a deterioração das fontes de água, mas que face aos aspectos acima mencionados se beneficiam no plano individual, e irresponsavelmente contribuem para a dilapidação das já escassas fontes hídricas.

O que se observa portanto, é como apesar de situarem-se em campos absolutamente opostos na pirâmide da distribuição de renda, atores diferenciados afetam em nome de interesses particularizados o interesse geral, representado neste caso pela contaminação das fontes hídricas.

No caso do lixão, o aspecto dramático da situação é dado por pessoas que não tem outra alternativa senão habitar áreas totalmente inadequadas e inabitáveis quanto à garantia mínima das condições de vida. A situação limite está posta pela eclosão de uma dinâmica de conflito/resistência dos moradores face a uma postura arbitrária e irresponsável do Poder

Público, que ignorando as impossibilidades dos moradores quanto a outras opções de moradia, e em nome de uma resolução absolutamente precária quanto ao despejo do lixo, põe em risco a saúde destes moradores.

A importância da luta dos moradores está associada ao fato de representar uma prática de resistência mesmo que localizada, face a deterioração das suas condições de vida.

Na luta contra os incineradores existe uma articulação mais intensa, mas apesar do esforço dos envolvidos, se mostra frágil face ao “rolo compressor” das autoridades municipais. O que se observa é que apesar de tratar de questões que confrontam o interesse geral da população moradora em regiões de grande densidade demográfica, os apelos em pouco transcendem o universo dos diretamente envolvidos.

Mesmo o Movimento Faria Lima, mostra que lamentavelmente os moradores paulistanos estão muito alheios aos efeitos devastadores que a degradação da qualidade de vida está provocando na cidade.

### **c) Defesa da Qualidade de Vida-percepções dos atores diferenciados**

#### **1. Dos Movimentos nos bairros de periferia**

Existem aspectos diferenciadores quanto ao significado do tema da qualidade de vida.

Em Itatinga as carências da população são extremas, o que dificulta que os problemas relacionados com a deterioração da qualidade de vida sejam entendidos de forma global. A luta contra o lixo que afetava a população dentro dos seus domicílios com impacto sobre as suas condições de saúde não se desdobrou em outras reivindicações em defesa da qualidade de vida dos moradores do bairro, apesar dos problemas serem muitos. A população local se mobiliza apenas a partir dos impactos imediatos que um problema provoca, como é o caso das explosões provocadas pelas pedreiras da região que tem provocado rachaduras em muitas das moradias. Segundo uma das lideranças é muito difícil criar uma consciência ambiental na população. Entretanto o esforço está sendo realizado tendo como principal suposto de ação articular consciência ambiental com geração de renda, através da implantação de um projeto de reciclagem de lixo. O envolvimento da população é visto como fundamental e para tanto existe uma grande preocupação de ampliar a disponibilidade de informações a respeito dos riscos decorrentes da degradação do seu entorno e da necessidade de mobilizar-se para resistir à degradação da sua qualidade de vida.

O grande desafio que se coloca para as lideranças é o de que a população passe a perceber a necessidade de se manifestar não apenas quando vivência impactos imediatos no seu domicílio ou no seu cotidiano de saúde, mas na demanda pela solução das suas condições de exclusão dos serviços urbanos básicos, como é o caso da água, da falta de esgotos e da indefinição na resolução do problema do lixo.

Em São Mateus, a população tem um acúmulo de experiências reivindicatórias. A partir das diversas lutas por moradia, pela regularização dos imóveis e por infraestrutura pública, os moradores foram percebendo as relações entre os diversos aspectos que determinam o seu cotidiano. Para tanto exerceram papel relevante as práticas desenvolvidas pelas Comunidades de Base (CEBs) e os diversos movimentos que se organizaram nas comunidades locais e que contaram com o apoio de articuladores sociais. A experiência acumulada foi essencial para o início do movimento contra a instalação da usina de incineração.

Para as lideranças a importância da noção de qualidade de vida é o resultado de um conjunto de fatores, que, apesar de se manifestarem de forma conjuntural, são registrados na memória e na visão de mundo da população. Um exemplo disto é a importância na criação de consciência ambiental, tanto pelas associações comunitárias como pelos pequenos empresários, que resulta da luta pelo fechamento de um lixo na região. Este fato reforça muito o envolvimento da população local na defesa da qualidade de vida, uma vez que as preocupações abrangem desde a questão ambiental até a questão saúde. Segundo uma das lideranças locais a experiência vivenciada na região fez com que os moradores pensassem a qualidade de vida enquanto “um bem geral que não tem que ser apenas objeto de luta a ser conquistado, mas que deve ser preservado por todos”.

## **2. Do Movimento dos bairros de classe média**

A incorporação da questão da qualidade de vida no Movimento contra a Operação Urbana Faria Lima ocorre a partir da percepção de uma somatória de impactos particularizados. Quando do anúncio da Operação a população destes bairros de classe média, pouco acostumada a reivindicações e mobilizações contra a lógica do status quo que prevalece na cidade de São Paulo e nas grandes metrópoles brasileiras, inicia um lento processo de manifestar localizadamente a sua apreensão quanto aos impactos de tal iniciativa urbanística.

O fato gerador foi a iminência da perda das moradias. Isto gerou um potencial de articulação entre os moradores dos bairros atingidos numa dimensão de organização e questionamento do projeto oficial que contou com muitos apoios na cidadania.

A partir desta questão o Movimento incorpora na luta não apenas aqueles que seriam atingidos pelo traçado da nova avenida, mas também todos aqueles que a partir dos debates publicados e difundidos pela mídia, perceberam os inevitáveis agravos na qualidade de vida no cotidiano da população da região.

Uma das maiores preocupações de diversos integrantes do Movimento é com relação ao efeito disruptivo nas práticas cotidianas da população, principalmente todos os empreendimentos públicos e privados que aumentam o grau de conflitualidade urbana e que potencializam a desagregação de práticas de solidariedade e de tradição na história dos bairros. Num dos bairros mais severamente afetados por esta intervenção urbana, um dos maiores traumas do Movimento ocorreu quando da demolição de uma velha Igreja. Segundo uma liderança “à medida em que iam caindo as paredes, ia também sendo derrubada a lembrança viva da vida de muitas pessoas, não só como espaço religioso, mas também como ponto de referência e de encontro.”

O Movimento refluíu muito, principalmente por força da violência da desapropriação e poucos moradores permaneceram organizados buscando manter a unidade dos moradores

#### **d) As possibilidades que se abrem e o desafio de uma cidadania ativa**

Estas lutas, seus alcances e limites, mostram o enorme vazio que existe e as possibilidades que se abrem para uma ação mais efetiva dos grupos diretamente envolvidos com causas ambientais que requerem um enorme esforço na mudança de atitude de todos os setores da população.

O desafio é a ampliação das campanhas educativas e de informação à cidadania. A possibilidade de maior acesso à informação, notadamente dos grupos sociais mais excluídos, potencializa mudanças comportamentais necessárias para um agir mais orientado para o interesse geral. Cidadãos bem informados tem mais condições de pressionar autoridades e poluidores, e de motivar-se para assumir ações de co-responsabilização e participação comunitária.

## **IX - ENTREVISTAS REALIZADAS**

### **1 - ESTUDO DE CASO - ATERRO SANITÁRIO DE ITATINGA.**

- Vereador Adriano Diogo - PT-SP.

- Irmã Guadalupe Lara - Centro de Vivência “Oscar Romero”.
- Maria Inês de Andrade - Associação de Moradores de Nova Pantanal.
- Isabel Rodrigues - Educadora do Centro de Vivência “Oscar Romero”.
- Zeev Moise - Diretor da Divisão de Aterros da Limpurb.

## **2 - ESTUDO DE CASO - USINA DE INCINERADORES DO JARDIM SÃO FRANCISCO (São Matheus)**

- Nair Rezende - Movimento contra instalação de Usinas de Incineração na Zona Leste
- Antonio Pinheiro Pedro - OAB - durante Audiência Pública na Câmara Municipal
- Roberto Kishinami - Greenpeace - durante Audiência Pública na Câmara Municipal
- Werner Zulauf - Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente - Audiência Pública na CM.
- Vereador Adriano Diogo - PT-SP.- durante Audiência Pública na Câmara Municipal
- Célia Regina Nogerino - Pastoral de Saúde de São Matheus.

## **3 - ESTUDO DE CASO - OPERAÇÃO URBANA FARIA LIMA**

- Siegbert Zanettini - Movimento Vila Olimpia Viva - durante Audiência Pública na CM
- Candido Malta - Urbanista - durante Audiência Pública na Câmara Municipal
- Vereador Maurício Faria PT-SP.- durante Audiência Pública na Câmara Municipal
- Horácio Galvaneze - Liderança do Movimento Pinheiros-Vivo

## **4 - ESTUDO DE CASO- MANANCIAS DA METRÓPOLE**

- Vereador Arselino Tatto - PT-SP.
- Vereador Roberto Trípoli - PV-SP.
- Loide Cruz - SOS Mananciais
- Carlos Bocuhy - Billings eu te quero Viva
- Maria Zélia dos Santos - Movimento de Moradia da Zona Sul.

## **X - PERIÓDICOS CONSULTADOS**

- Folha de São Paulo
- Diário Popular



- O Estado de São Paulo
- Folha da Tarde
- Jornal da Tarde
- Revista da Folha